

# PARÁ Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA) • ANO 2 • Nº 10 • DEZEMBRO 2009 / JANEIRO 2010

## FIEPA

Uma história  
pautada pelo  
desenvolvimento  
do Pará

# 60 anos



**FIEPA Sesi SENAI IEL**

[www.fiepa.org.br](http://www.fiepa.org.br)



**MOSTRE QUE A SUA EMPRESA  
SABE CRESCER.**

OFEREÇA A OPORTUNIDADE  
QUE OS SEUS FUNCIONÁRIOS PRECISAM  
PARA CRESCEREM TAMBÉM.

CURSOS DO SESI DE CAPACITAÇÃO E  
ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO  
PARA JOVENS E ADULTOS.  
LEVE ESSA OPORTUNIDADE DE SUCESSO  
PARA DENTRO DA SUA EMPRESA.

Para continuar produzindo  
cada vez mais, a sua empresa  
precisa aproveitar as melhores  
oportunidades do mercado.  
Com horários de aulas flexíveis  
e programas de ensino  
customizados de acordo com  
as necessidades do seu  
negócio, os cursos do SESI são  
feitos sob medida para as  
empresas que querem ver  
seus funcionários se  
qualificando cada vez mais, e  
sua participação no mercado  
crescendo e aparecendo.

Para saber mais acesse  
[www.sesi.org.br/sesieduca](http://www.sesi.org.br/sesieduca)

Gerência de Educação do SESI-PA  
(91) 4009-4921



Presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará)



## RUMO A NOVAS CONQUISTAS

Um ano de grandes desafios e superação. É assim que 2009 pode ser resumido para o setor produtivo paraense. Crise financeira mundial, fechamento de empresas tradicionais, demissões em diversos segmentos econômicos. Porém, esse ano também foi considerado de oportunidades, principalmente para inovar em soluções criativas e driblar os reflexos da crise.

O Sistema FIEPA realizou grandes eventos, como a Feira da Indústria, o BAWB Global Fórum e a Feira da Madeira, demonstrando o empenho e pujança do empresariado regional. Mesmo diante deste cenário desfavorável, o ano de 2009 também marca os 60 anos de história da FIEPA, que começou com a vontade de um visionário empresário chamado Gabriel Hermes. Numa época marcada pela dificuldade de integração entre a região Amazônica e o restante do país, Gabriel Hermes lutou pela superação do modelo econômico monocultor extrativista e buscou incentivar a implantação das primeiras indústrias no estado.

Muitas dificuldades do passado ainda permanecem: a rede rodoviária para escoar a produção ainda é precária, os poucos portos existentes estão sucateados e obsoletos e ainda enfrentamos barreiras para atrair novos empreendimentos. Falta uma política de incentivos fiscais atrativa ao empreendedorismo. Lutas que vão continuar porque o empresário quer desenvolver o Pará, mas a iniciativa privada não pode agir só, tem que ter parceria com os governos democraticamente constituídos e a sociedade tem que se envolver também neste processo, só a união de todos os atores sociais poderá provocar o verdadeiro desenvolvimento sustentável que buscamos.

A luta vai continuar e novos desafios virão. Ainda buscamos a verticalização da produção para agregar valor competitivo aos produtos paraenses. Grandes empresas acreditam no potencial do Pará, como a Sinobras, Alcoa, Vale e, mais recentemente, a Anglo American, a qual já anunciou que implantará em nosso estado o maior projeto de extração de níquel do mundo, como mostramos na matéria da página 24.

Não podemos ficar condenados a ser meros exportadores de matéria-prima. Queremos criar um ambiente de

desenvolvimento socioeconômico e industrial capaz de mudar a cara do Pará. Temos grandes projetos em andamento: as eclusas de Tucuruí, hidrelétrica de Belo Monte, a siderúrgica Aços Laminados do Pará e outros que ainda surgirão. Só não podemos perder o *timing* e desperdiçar oportunidades pela simples falta de visão estratégica.

Não concordo com os que dizem que o Pará parou, não para o setor produtivo paraense. Somos gigantes por natureza, só falta um pouco mais de coragem. Coragem que meus antecessores tiveram e que esperamos que os próximos gestores possam ter também. O ano de 2010 está na porta e espero que seja um ano de muitas outras conquistas para todos os segmentos produtivos. Mas quero muito mais que seja um ano de coragem para to-

**A luta vai continuar e novos desafios virão. Ainda buscamos melhorias de infraestrutura e a verticalização da produção para agregar valor competitivo aos produtos paraenses**

dos que sonham em ver um Pará com todo seu potencial produtivo em pleno funcionamento.

Nos próximos quatro anos, o Pará receberá um investimento já anunciado de mais de US\$ 50 bilhões, recursos estes, em sua maioria, provenientes do setor privado, que enxerga e tem conhecimento deste fantástico potencial que guardamos em solo paraense. Precisamos, agora, nos preparar para que os investimentos privados e públicos promovam o desenvolvimento. Assim o setor produtivo local cumprirá verdadeiramente a sua missão, que é de transformar o potencial regional em riqueza para a população, trabalhando sempre com a lógica do desenvolvimento sustentável.

Aqui está a maior mina de ferro a céu aberto do mundo, a maior biodiversidade e a maior bacia hidrográfica do planeta. Estigmas que não valem muito se não os humanizarmos. Tanta riqueza tem que ser revertida para milhões de pessoas que sobrevivem da fauna e flora amazônica. Tenho certeza que, em breve, o Pará será exemplo de estado sustentável. Uma história ainda marcada pelas lutas. ■



www.fiepa.org.br

Diretoria da Federação das Indústrias do Pará / FIEPA

Quadriênio 2006/2010

**PRESIDENTE:** José Conrado Azevedo Santos

**VICE-PRESIDENTES**

Sidney Rosa - 1º VICE-PRESIDENTE

Gualter Parente Leitão - 2º VICE-PRESIDENTE

Manoel Pereira dos Santos Jr.

Luiz Carlos da Costa Monteiro

Antônio Georges Farah

Ronaldo Maiorana

Roberto Kataoka Oyama

Juarez de Paula Simões

Fernando Antônio Ferreira

Nilson Monteiro de Azevedo

Luiz Otávio Rei Monteiro

**DIRETORES**

José Duarte de Almeida Santos - DIRETOR SECRETÁRIO DA FIEPA

Antônio Djalma Vasconcelos - 2º DIRETOR SECRETÁRIO

Ivanildo Pereira de Pontes - DIRETOR EXECUTIVO

Roberto Rodrigues Lima - 2º DIRETOR TESOUREIRO

Carlos Jorge da Silva Lima

José Maria da Costa Mendonça

Marcos Marcelino de Oliveira

Fábio Ribeiro Vasconcellos

Jefferson Rodrigues Brasil

Antônio Pereira da Silva

Pedro Flávio Costa Azevedo

Paulo Afonso Costa

Jadir Seramucin

Antônio Emil Macedo

Eugênio Carlos Lopes Victorasso

Hélio de Moura Melo Filho

Ana Clara Rodrigues Boralli

Sonia Kerber

**CONSELHO FISCAL**

**Efetivos:**

Fernando de Souza Flexa Ribeiro

Luizinho Bartolomeu de Macedo

Lísio dos Santos Capela

**Suplentes:**

José Roberval Souza

João Batista Corrêa Filho

**CHEFIA DE GABINETE**

Fabio Contente

## PARÁ Industrial

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA / Sesi / SENAI / IEL)

**PRODUÇÃO**

**[temple]**  
COMUNICAÇÃO

Av. Conselheiro Furtado, nº 2865

Edifício Síntese 21 - 12º andar

Bairro São Brás | Cep: 66040-100

www.temple.com.br | temple@temple.com.br

**REDAÇÃO**

**Coordenação:** Cleide Pinheiro

**Edição:** Fernando Alves

**Projeto gráfico:** Calazans Souza

**Tratamento de imagem e diagramação:** Antônio Machado e Calazans Souza

**Reportagens:** Alessandra Barreto, Bosco Galvão, Daniel Nardin, Fabrício Gesta,

Lorena Nobre, Nathalia Petta, Rosana Maciel, Tiago Chaves e Yuri Age

**Estagiário:** Sandro Raony

**Revisão:** Ivanildo Pontes

**PUBLICIDADE**

Temple Comunicação

Walkiria Medeiros – walkiria@temple.com.br

(91) 3205-6526 / 3205-6500

**Impressão:** Marques Editora

**Tiragem:** 15.000 exemplares

**FIEPA:** Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588. Cep: 66035-190.

(91) 4009-4900 / (91) 3224-1995

ascom@fiepa.org.br

\* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.

## OS RISCOS DA DEPRESSÃO

*Pesquisa do Sesi mostra que a doença está, sim, presente nas empresas paraenses. Saiba como se precaver.*

Pág. 42



## VALE A PENA INGRESSAR NO SIMPLES?

*Veja se a sua empresa teria vantagens se optasse pelo regime especial de tributação.*

Pág. 12

**3 • EDITORIAL**

*José Conrado: otimismo para o ano de 2010*

**23 • ENERGIA**

*As implicações do atraso da hidrelétrica de Belo Monte*

**24 • NEGÓCIOS**

*Anglo American prepara investimentos em São Félix*

**38 • ENCONTRO**

*Indústria lança propostas para estimular o desenvolvimento*

**46 • EDUCAÇÃO**

*Como os estudos motivam o crescimento do trabalhador*

**48 • ESTÁGIO**

*Estudantes da Guiana Francesa conhecem o Pará*

**52 • QUALIFICAÇÃO**

*Os benefícios das boas práticas no setor alimentício*



## A SAGA DA FIEPA

Aos 60 anos, a Federação das Indústrias do Pará mantém o fôlego na busca por novas conquistas. Pág. 26

### OLHO VIVO NOS CONTRATOS

*Veja como é possível implantar uma boa gestão de contratos em sua empresa.*

Pág. 20

### VOCÊ VENDE MARCA OU PRODUTO?

*Saiba por que é importante reservar investimentos para a marca da empresa.*

Pág. 16



TIAGO CHAVES

**RADAR DA INDÚSTRIA | 6**  
*DC compra a Globre Metais*

**VIDA CORPORATIVA | 19**  
*Patrão x funcionário: uma relação vital nas empresas*

**INDÚSTRIA EM FOCO | 55**  
*Os novos investimentos previstos para Marabá*



VALERIA BARROS



*O projeto da siderúrgica da Vale é viável, não imposto. Uma usina no Brasil é garantia de mercado para a empresa.”*

**ENTREVISTA:**

*José Carlos Soares, diretor-presidente da Aços Laminados do Pará. Pág. 8*

### COLABORAÇÃO

**54 • TELMA GURGEL** | Presidente da Federação das Indústrias do Amapá



DIVULGAÇÃO

## AQUISIÇÃO

A Dow Corning Corporation, líder global em produção de silicones, tecnologia à base de silício e inovação, adquiriu a Globe Metais, empresa instalada em Breu Branco. Agora, a Globe (que já foi Camargo Corrêa Metais) passa a se chamar Dow Corning Metais do Pará. O ponto crucial para que a companhia americana adquirisse a DC do Pará foi a necessidade de produzir silício metálico de forma sustentável.

## ENTROSAMENTO

Representantes da Dow Corning Corporation visitaram, em novembro, as instalações da DC do Pará. Os executivos participaram de um jantar com associações comerciais e empresários da região, além de um café da manhã com colaboradores. Eles também conheceram os projetos sociais "Criança é o Futuro" e "Torpedos Mirins", apoiados pela atual DC do Pará, e afirmaram o compromisso de continuidade das iniciativas.

## INOVAÇÃO AMAZÔNICA

Presidentes, vice-presidentes e representantes das federações das indústrias do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e Maranhão participaram da V Feira Internacional da Amazônia, realizada no final de novembro, em Manaus. Cerca de 300 expositores mostraram o que de melhor tem sido produzido na região amazônica. Entre as novidades deste ano, o Pavilhão Amazônia surpreendeu os visitantes com a exposição e comercialização de produtos típicos. O pavilhão também apresentou as iniciativas regionais de responsabilidade social, ambiental e cultural.

## NOVOS LABORATÓRIOS

O Senai inaugura, em janeiro, cinco laboratórios na unidade de Barcarena, no nordeste paraense. Os espaços servirão para atendimento de serviços técnicos e tecnológicos às empresas da região, além de sede para as atividades práticas de cursos nas áreas de corrosão, metal-mecânica, eletroeletrônica e automação industrial, informática e equipamentos móveis (simuladores).



## EM EXPANSÃO

No começo de 2010, o Senai também irá expandir para o município de São Miguel do Guamá, onde irá inaugurar o primeiro Laboratório de Ensaio de Cerâmica Vermelha no Pará. O novo centro técnico beneficiará as empresas da região, com o aperfeiçoamento do produto por meio de análise e testes da matéria-prima utilizada.



# Verde que gera renda

Uma parceria de sete anos tem ajudado a Imerys Rio Capim Caulim a reflorestar a área onde a empresa extrai caulim, em Ipixuna do Pará. As mudas de espécies nativas usadas no reflorestamento são fornecidas por famílias das comunidades Cajueiro e Santa Maria do Bacuri. Assim, a empresa alia preservação à geração de renda. Até o final do ano, cada família deve receber cerca R\$ 2.500. No período de dezembro de 2009 a abril de 2010, a Imerys espera plantar 40 mil mudas, 12 mil delas fornecidas pelas comunidades.



## LEITURA ITINERANTE

Em Barcarena, a produção industrial e a responsabilidade social caminham juntas. Quatorze escolas da região participam do projeto Catavento, que incentiva a leitura entre crianças e jovens. A iniciativa é conduzida pelo Grupo Alubar, que produz vergalhões e cabos elétricos de alumínio, e está no terceiro mês de atividades. As escolas receberam os Baús de Letras, repletos de livros literários e jogos educativos. Como em uma ciranda, a cada dois meses, os baús circulam entre as escolas, variando o conteúdo do material que é disponibilizado aos alunos.

ARQUIVO FIEPA



## MEMÓRIA DA INDÚSTRIA

Em agosto de 1975, a diretoria da FIEPA recebeu, na sede da Federação, o presidente do Banco da Amazônia, Francisco de Jesus Penha. Na ocasião, o dirigente da instituição financeira anunciava os planos de expansão da fronteira agrícola e do avanço da industrialização regional, possíveis depois que o Basa se tornou agente financeiro do Fundo de Investimento da Amazônia. Este, continua sendo administrado até hoje pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), proporcionando o estímulo da cadeia produtiva na região amazônica.

## CONSELHO DE CIDADANIA

A FIEPA prepara para a segunda quinzena de janeiro o lançamento do Conselho de Cidadania Empresarial, que irá potencializar e estimular ações de transformação social, econômica e ambiental. De cara, o conselho apresentará dois projetos para 2010. O "Indústria na Escola", que irá incentivar os empresários do estado a adotar uma instituição de ensino vizinha à sua empresa, proporcionando a melhoria do ensino no estado. E o "Indústria Cidadã", que vai trabalhar a conscientização dos trabalhadores paraenses sobre o poder do voto.

# HÁ ESPAÇO PARA PRODUZIR MAIS AÇO

**N**atural de Ponte Nova, município de médio porte localizado na região sudeste de Minas Gerais, José Carlos Soares fez do Pará o lugar onde desenvolveu sua marcante trajetória profissional. Há 30 anos atua no estado no segmento da mineração. Começou a carreira dedicando-se à pesquisa no projeto Bauxita, em Paragominas. Dois anos depois, foi trabalhar na Mineração Rio do Norte, onde permaneceu por 24 anos. Lá, foi gerente da mina e trilhou uma carreira de sucesso até chegar à presidência da empresa, em 1998. Deixou a MRN em 2003 para assumir mais um grande desafio: a diretoria de Ferrosos do Norte, responsável pela Mina de Carajás. Ano passado, assumiu a presidência do projeto Aços Laminados do Pará, a usina siderúrgica que a Vale pretende implantar em Marabá. Acumula ainda a função de diretor de Relações Institucionais da Vale.

José Carlos faz parte da equipe envolvida na implantação da Alpa. O trabalho tem sido puxado. Somente nas duas primeiras semanas de dezembro, ele gastou pelo menos 13 dias em reuniões e fazendo uma verdadeira peregrinação pelos escritórios da Vale no Rio de Janeiro e em Belém e por comunidades de Marabá, onde a mineradora organizou encontros com moradores para apresentar o empreendimento. Com frequência, os finais de semana têm sido reservados para preparar apresentações, treinamentos ou para responder e-mails sobre o assunto.

A agenda lotada se justifica pelo porte da Alpa. A Vale está apostando alto na usina, que tem produção estimada em 2,5 milhões de toneladas de bobinas a quente e chapas grossas laminadas, com possível expansão para 5 milhões de toneladas. A infraestrutura do empreendimento envolve ainda a construção de um acesso ferroviário e de um terminal fluvial no Rio Tocantins. Atualmente, a Alpa encontra-se na fase inicial do licenciamento ambiental. A previsão é que entre em funcionamento em 2013.

Até lá, há muito trabalho pela frente. Os desafios são enormes, mas não chegam a assustar José Carlos. Primeiro, porque ele conhece muito bem como funciona a implantação de grandes projetos na Amazônia. Formado em Engenharia de Minas, ele veio para o Pará em 1976. Desde então, sua trajetória profissional está ligada a empreendimentos de mineração, a maioria da Vale. Ele participou de projetos em Paragominas, Almeirim, Belém, Oriximiná (trabalhou durante 22 anos na Mineração Rio do Norte) e Carajás.

Segundo, porque ele tem um desejo declarado de ver grandes projetos em funcionamento no Pará. Não é só uma questão profissional. José Carlos, que já se considera um cidadão paraense, é um defensor da tese de que o estado deve aproveitar a sua vocação industrial para estimular o seu desenvolvimento. É nesta terra, especificamente em Santarém, que ele pretende fincar raízes. Um local bem adequado para receber pessoas do tipo boa praça.

Durante o intervalo de uma apresentação sobre a Alpa numa comunidade em Marabá, José Carlos Soares concedeu a seguinte entrevista à PARÁ INDUSTRIAL:



aminados  
á. Mais  
volvimento  
lugar onde  
OS.



VALÉRIA BARROS

**“A Vale vai demandar muitos serviços na cidade, como hotéis, bancos, fornecimento de água, serviços médicos e habitação, que vão gerar mais riqueza em Marabá.”**

**PARÁ INDUSTRIAL – Fala-se que a construção da Alpa é uma ação meramente política. Existe viabilidade econômica para esse projeto?**

**JOSÉ CARLOS** - O projeto é viável, não é imposto. Uma siderúrgica no Brasil é garantia de mercado para a Vale. A ideia é promover um polo metal-mecânico em Marabá, para atrair outros investidores que poderão instalar fábricas de produção de equipamentos e mobiliários de aço e vendê-los para outros estados, a partir da logística favorável do

município, que está interligada às regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil.

**PARÁ INDUSTRIAL – A instalação da siderúrgica depende de uma infraestrutura particular, que ainda não existe naquela região. Como lidar com esta carência?**

**JOSÉ CARLOS** - Temos parcerias com o poder público, outras empresas e com governo estadual para atender as demandas necessárias. Estamos fazendo um estudo socioeconômico

e o prefeito vai dizer onde precisa de investimento, e vamos ajudá-lo a buscar esses recursos. Com a expectativa da criação da siderúrgica, também serão atraídas empresas de serviços para proporcionar essa infraestrutura. ▶

## PARÁ INDUSTRIAL – Que tipo de serviços?

**JOSÉ CARLOS** - A Alpa vai demandar, entre outros serviços, a oferta e manutenção de equipamentos, fornecimento de água, hotelaria, alimentação, bancos. Para conter o aumento do tráfego nas vias da cidade, será feito um desvio da Transamazônica, que não vai passar mais por dentro da zona urbana de Marabá. Outra ideia para desafogar o trânsito, e que ainda está sendo discutida com a prefeitura, é implantar um transporte fluvial para interligar os bairros, facilitando o transporte pela cidade.

## PARÁ INDUSTRIAL – A quantidade de pessoas que migrarão para a região causará um impacto social e ambiental. O que será feito para evitar o inchaço populacional em Marabá?

**JOSÉ CARLOS** - Colocamos no projeto um plano de controle e apoio ao migrante e, desde já, pensamos em frear a expectativa desses migrantes, com a restrição de residir há dois anos em Marabá para se inscrever nos cursos de capacitação. Se não pudermos aproveitar o público de profissionais que vive há dois anos em Marabá, poderemos aproveitar o público das cidades próximas. Também haverá alternativas para esses migrantes com as empresas que vão se instalar em Marabá para atender as demandas da siderúrgica. Essas empresas também poderão absorver os moradores daqui e os de fora.

## PARÁ INDUSTRIAL – Mas a migração não pode sobrecarregar alguns serviços locais, como a saúde?

**JOSÉ CARLOS** - Acho que temos de encarar de forma diferente a questão da migração. São Paulo se desenvolveu muito economicamente

FOTOS: MARCELO LEILIS E VALÉRIA BARROS



FOTOS: MARCELO LEILIS E VALÉRIA BARROS

com a participação de migrantes de várias partes do Brasil. Hoje, São Paulo gera 45% da riqueza para o Brasil. E essa riqueza é feita com geração de oportunidades, investimentos em emprego e massa salarial. Para se ter uma ideia, em função da expectativa da siderúrgica, dois shoppings já estão em projeto de construção, há interesse de se montar uma fábrica de produção de vagões, previsão de construção de dois hospitais e implantação de loteamentos residenciais.

## PARÁ INDUSTRIAL – Há expectativa de comprar insumos no mercado local?

**JOSÉ CARLOS** - A Vale vai demandar muitos serviços na cidade, como hotéis, bancos, fornecimento de água, serviços médicos e habitação, que vão gerar mais riqueza em Marabá. A Alpa vai gerar oportunidades de negócios para os investidores do município.

**“Temos de encarar de forma diferente a questão da migração. São Paulo se desenvolveu muito economicamente com a participação de migrantes de várias partes do Brasil.”**

## PARÁ INDUSTRIAL – No Pará ainda é recorrente o risco de desabastecimento de energia. A Vale se programou para isso?

**JOSÉ CARLOS** – O projeto da usina prevê a construção de uma termoeletrica, que estará disponível no período de operação da siderúrgica. A Alpa será autosuficiente em energia, já que a usina termoeletrica vai atender 100% da demanda total do empreendimento. Na fase de implantação utilizaremos a energia da concessionária local, mas sem sobrecarregar o sistema.

**PARÁ INDUSTRIAL – A Vale encontra dificuldades para obter a licença de implantação para uma usina termoeleétrica em Barcarena, outro município industrial do Pará. No caso da Alpa e da necessidade de também se construir uma termoeleétrica para atender a produção, se espera esta dificuldade?**

**JOSÉ CARLOS** - Não acreditamos que haverá dificuldade para licenciar essa termoeleétrica junto ao projeto da Alpa.

**PARÁ INDUSTRIAL – Mão de obra capacitada é uma preocupação das empresas quando se fala em um novo projeto, especialmente no setor industrial. Há gente qualificada na região para atender o empreendimento?**

**JOSÉ CARLOS** - Vamos investir forte em educação. Crescimento econômico tem de ter educação, emprego e renda. A Vale já investiu R\$ 4 milhões até agosto deste ano e ainda vai investir R\$ 5 milhões em formação profissional. Além dos cursos de capacitação e técnicos nas áreas de química, mecânica e eletrotécnica em parceria com o Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica), com aulas que vão iniciar em janeiro, prevemos a realização de cursos para nível superior e até de pós-graduação no exterior em parceria com a Sedect (Secretaria de Desenvolvimento e Tecnologia do Estado). Vamos contratar toda a mão de obra regional, mas precisamos formar mais estudantes de Engenharia de Materiais, porque o número existente hoje não é suficiente, e devemos fechar parceria com a UFPA (Universidade Federal do Pará) para criar um curso de Engenharia de Metalurgia ou disponibilizá-lo como especialização do curso de Engenharia de Materiais. Também vamos precisar de eletri-

cistas, mecânicos, administradores. Quando as empresas terceirizadas chegarem, vamos dar os nomes das pessoas que treinamos para elas absorverem. A expectativa de primeira contratação é para o mês de junho de 2010, quando chegará a empresa de terraplenagem.

**PARÁ INDUSTRIAL - Quais os impactos ambientais resultantes da instalação da siderúrgica em Marabá e o que será feito pela Vale para minimizá-los?**

**JOSÉ CARLOS** - A Brandt Meio Ambiente, empresa que realizou o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental), avaliou o projeto como viável, com impactos positivos expressivos e impactos negativos reduzidos. A Vale também vai contratar uma empresa para montar os PBAs (Planos Básicos de Controle Ambiental), que serão monitorados pela Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente).

**PARÁ INDUSTRIAL – Cálculos do Instituto Aço Brasil indicam que não há espaço para o aumento da capacidade na produção de aço, já que o parque nacional, formado por oito grandes grupos, tem hoje capacidade de produção 117% superior à**

**demanda do mercado interno. Nesse cenário, não parece um contrassenso a Vale anunciar uma estratégia de promoção do desenvolvimento da siderurgia no Brasil? Quais são as expectativas da Vale com relação à produtividade e mercado, especialmente quanto à Alpa?**

**JOSÉ CARLOS** - Não há contrassenso. Além de promover um polo metal-mecânico em Marabá, para atrair outros investidores que poderão instalar fábricas de produção de equipamentos e mobiliários de aço e vendê-los para outros estados a partir da logística favorável do município, a Alpa deve fechar uma parceria com a Aço Cearense (empresa proprietária da Sinobras, usina que produz aço em Marabá desde maio de 2008) para fornecer o aço que será produzido em Marabá a esta empresa, fazendo com que ela deixe de importar. ■



**Vamos investir forte em educação. Crescimento econômico tem de ter educação, emprego e renda. A Vale já investiu R\$ 4 milhões até agosto deste ano e ainda vai investir R\$ 5 milhões em formação profissional."**

# 7 Fatores para avaliar se...

## É negócio aderir ao Simples Nacional?

*Para a maioria das empresas, a resposta é um categórico “sim”. Mas o regime simplificado de pagamento de tributos pode encobrir algumas armadilhas.*

**D**ia de fazer o balanço de caixa na empresa. O seu contador olha para você e anuncia: “O lucro vai aumentar. Neste mês, vamos pagar 80% a menos de impostos em relação aos últimos meses”. Sonho? Pode até parecer, mas esta é uma das situações que podem ocorrer frequentemente com quem decide aderir ao Simples Nacional, o regime tributário diferenciado aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte. Desde que entrou em vigor, em 1º de julho de 2007, o Simples (ou Supersimples) vem facilitando o recolhimento de impostos, reduzindo as alíquotas

e, em vários casos, garantindo maior liquidez ao caixa das empresas.

A redução da carga tributária no Brasil, maior cobrador de impostos da América Latina, é um dos principais apelos da classe empresarial. Por isso que, aos poucos, o Simples vem ganhado mais adeptos. O regime unifica o recolhimento de seis tributos federais (IRPJ, IPI, CSLL, Cofins, PIS e INSS patronal), o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal. Na prática, isso gera um cenário de maior competitividade no mercado, tanto na hora da compra, quanto na venda. Com a unificação dos impostos, a transação fica isenta de tributação,

que ocorre em cima do faturamento. Exemplo: ao se comprar canetas, o ICMS não é recolhido naquela hora. Somente na sua revenda e com valor que pode chegar a apenas 1,25%.

É claro, porém, que nem tudo são maravilhas no Simples. O sistema tributário tornou-se mais um combustível para a guerra fiscal praticada entre os Estados. Além disso, a adesão a este regime pode fazer com que determinadas empresas percam alguns benefícios fiscais praticados no plano estadual. Para esclarecer alguns pontos, a **PARÁ INDUSTRIAL** ouviu especialistas sobre o sistema de tributação especial.

# 1 A MINHA EMPRESA PODE PARTICIPAR?

Depende do faturamento do empreendimento. O Simples Nacional beneficia microempresas e empresas de pequeno porte que tenham faturado até R\$ 2,4 milhões no último ano. O governo federal já estuda ampliar, por meio de um projeto de lei, o teto de faturamento para que mais empresas possam aderir ao programa.

Têm direito a optar pelo Simples diversos tipos de empresas: desde indústrias até academias de musculação. Segundo o governo, até o início de 2008 existiam mais de 2,8 milhões de empresas participantes do regime. As empresas em início de atividade não poderão fazer o agendamento. O detalhe é que para participar do regime, a empresa precisa se inscrever até o final de janeiro. Quem optar pela Internet ([www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional](http://www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional)) tem até o dia 30 de dezembro de 2009 se quiser pagar tributos pelo Simples Nacional em 2010.

A lista de empresas que podem aderir ao Simples é maior do que a relação das empresas impossibilitadas de participar. No total, são 14 grupos de empresas que não podem optar pelo regime de tributação especial. A maioria está envolvida com serviços de consultoria ou de importação.

## 2 AS VANTAGENS

Logo de cara, a primeira vantagem é a redução da burocracia, já que é possível pagar oito impostos utilizando apenas uma guia. “A facilidade gerada pela unificação das tributações é imensa não apenas na questão financeira. Para os contadores também é uma grande vantagem, uma vez que facilita o trabalho e o deixa com mais tempo para se dedicar às demandas internas da empresa”, diz o contador Carlos Rhossard.

Mas as empresas que optam pelo Simples esperam mesmo é pagar menos impostos. A redução da “mordida” do Fisco pode ocorrer, dependendo da atividade empresarial. O empresário José Ribamar Ferreira, proprietário de uma serraria no município de Goianésia, nordeste do Pará, experimentou a economia tributária. Até pouco tempo, a empresa estava no grupo dos optantes pelo Simples. Foi neste período que José Ribamar viu a alíquota baixar e sobrar mais dinheiro em caixa. Só que a serraria teve de deixar o regime, pois o faturamento ultrapassou o limite. “Sem o Simples, a desvantagem é grande. Os impostos aumentam e perdemos competitividade”, diz o empresário, que cita uma perda de até 7% nas vendas. “Só de ICMS nós pagávamos 3,4% na época do Simples. Quando saímos, o imposto pulou para 12%”, lembra.

Outro benefício do Simples é que as microempresas e empresas de pequeno porte podem praticar preços mais competitivos e ganhar espaço no mercado. Além disso, as obrigações trabalhistas são simplificadas. As optantes pelo regime especial são isentas, por exemplo, de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas. Parece pouco, mas é uma burocracia a menos no dia a dia.



## 3 ADEUS, INCENTIVOS FISCAIS

É aconselhável ter cautela na hora de optar pelo Simples, especialmente porque a redução dos impostos pode ficar só na expectativa para setores que já são beneficiados por outras formas de tributação. É que os regimes especiais para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tais como o Simples Federal, cessaram a partir da entrada em vigor do Simples Nacional. Isso sem falar em outros benefícios fiscais que ficam comprometidos.

No Pará, por exemplo, a Sefa (Secretaria de Estado da Fazenda) já demonstrou disposição em revogar regimes especiais que beneficiavam empresas locais optantes do Simples Nacional. Empresas do setor florestal que comercializam toras de madeira já receberam cartas sinalizando o fim do diferimento do ICMS daquele produto. A justificativa do órgão é que estas empresas estavam acumulando incentivos e créditos. Várias empresas já tiveram de optar entre permanecer no Simples, para continuar fazendo recolhimentos baixos de ICMS, ou deixar o regime especial e manter o benefício fiscal estadual, que permite postergar o pagamento do imposto.

Outro limitador é que as empresas optantes não poderão apropriar ou transferir créditos relativos a impostos abrangidos pelo regime, nem utilizar qualquer valor a título de incentivo fiscal. O alento é que, recentemente, o Conselho Gestor do Simples Nacional decidiu que as empresas inscritas no Simples poderão transferir créditos de ICMS para seus clientes. ▶

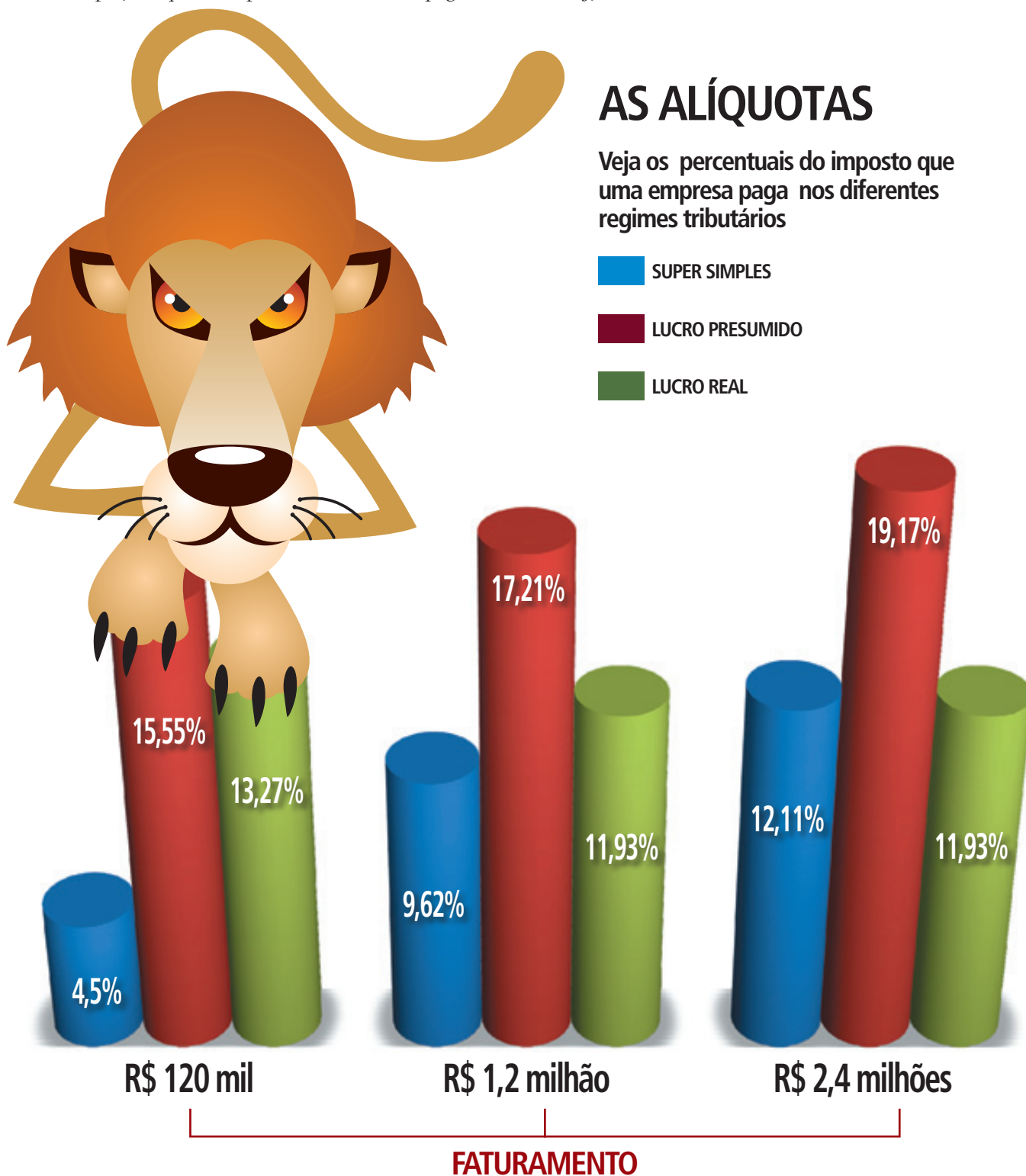
# 4 O VALOR DOS IMPOSTOS

É preciso ter a calculadora em mãos para saber se é mesmo negócio aderir ao Simples. A queda na alíquota varia de atividade para atividade. No caso das indústrias, o regime especial tem se mostrado bem vantajoso em relação aos outros sistemas tributários (*ver exemplo no quadro*). São os custos operacionais e, claro, o faturamento da empresa que irão ditar a melhor opção. O mesmo vale para quem é do comércio e da área de serviços. Há casos, por exemplo, em que as empresas são isentas do pagamento do IRPJ, PIS/PASEP e Cofins.

## AS ALÍQUOTAS

Veja os percentuais do imposto que uma empresa paga nos diferentes regimes tributários

- SUPER SIMPLES
- LUCRO PRESUMIDO
- LUCRO REAL



## 5 PARADOXO PARAENSE

No Pará, o Simples Nacional causa um paradoxo. Os benefícios gerados pelo regime facilitam para o empresário paraense adquirir e fornecer produtos para outros estados, ao invés de fechar negócios com empresas instaladas em solo paraense. É que com esse sistema, fica mais barato para o empresário realizar a compra de fora do estado, já que a alíquota de ICMS é mais baixa e é igual tanto para venda como para a compra de produtos. Essa contradição ocorre pelo fato de a alíquota do ICMS no Pará ser de 17% nas operações internas, enquanto para a interestadual ser de 7% ou 12%.

Este fenômeno não é exclusividade paraense. Empresas sediadas em outros estados vivem situação parecida porque os governos não editaram leis específicas sobre a cobrança do ICMS.

## 6 ANTECIPAÇÃO PERIGOSA

Para tentar corrigir esta distorção no Pará, a Sefaz alterou o Programa ICMS Antecipado Especial, em vigor desde outubro deste ano. Os contribuintes do Simples foram divididos em dois grupos: a primeira faixa (de microempresas com volume de negócios anual de até R\$ 120 mil) e a segunda faixa (empresas com volume de negócios anual superior a R\$ 120 mil e até R\$ 1,8 milhão). A primeira faixa está isenta da antecipação do ICMS nas aquisições de mercadorias para comercialização nas operações interestaduais. No caso da segunda faixa, o ICMS Antecipado Especial passou a encerrar a fase de tributação. Com isso, os optantes do Simples não precisam mais arcar com a parcela do ICMS correspondente à receita bruta oriunda da venda de mercadorias, referente às aquisições em operações interestaduais, anteriormente sujeitas à antecipação especial.

Mas há quem conteste a medida. O contador Carlos Rhossard diz ser um absurdo a cobrança do ICMS antecipado. “Na prática isso acaba gerando um efeito bola de neve. Com um aumento de imposto, aquele valor é repassado no valor do produto. E no caso do Pará, não adianta muita coisa, pois muitos fornecedores são na verdade intermediários, já que existem artigos que não são produzidos aqui.” Segundo ele, essa medida tem uma única função: fazer com que o Estado arrecade mais. “Sem o Simples, o Estado arrecada uma alíquota de 17%. Com o Simples, isso cairia para apenas 1,2%, em alguns casos. Com o antecipado, eles recuperam parte disso.”

Quem tem opinião semelhante é a advogada tributarista Graça Penelva. Para ela, o pretexto de valorização das empresas locais possui duas falhas. “Uma é que há setores que não produzem aqui, como peças de automotivos. Outra é a questão da competitividade, já que essa medida aumenta o valor final.” De acordo com Graça, uma alternativa seria a cobrança antecipada somente em cima de produtos abundantes no Pará.

“É preciso lembrar que as micro e pequenas empresas devem ter tratamento diferenciado, conforme prevê a constituição, o que é feito através da Lei Complementar 123. Mas a antecipação do ICMS vem desrespeitar isso”, afirma a advogada. “Por este fato, já existem liminares tanto no Pará, quanto em outros Estados, contestando a antecipação do imposto.”



## 7 A GUERRA FISCAL

A medida adotada pelo governo paraense está se replicando Brasil a fora, o que acirra a disputa para ver quem oferece mais benefícios fiscais para as empresas. Até pouco tempo, o Paraná isentava de ICMS as micro e pequenas empresas com receita bruta anual de até R\$ 360 mil e, de quebra, praticava descontos diferenciados para aquelas com receita maior. Apesar de ter aumentado nos últimos anos, a guerra fiscal provocada pelas isenções, diferimentos e antecipações do ICMS não é recente e nem exclusiva do Pará. Praticamente todos os Estados igualaram a carga tributária. A questão agora é saber se as medidas vão perdurar ou se são apenas respostas temporárias às ofensivas dos vizinhos. ■

TIAGO CHAVES



*• A jornalista Nihara  
Pereira escuta música  
no iPhone: um  
telefone da marca  
Apple já não oferece  
apenas serviços, mas  
também status ao seu  
usuário*



# Mais que um produto

*É crescente o número de empresas que investem no gerenciamento de marca para se diferenciar dos concorrentes e, sobretudo, para cativar os seus públicos de interesse*



**B**randing. Talvez você não saiba o significado, ou melhor, a importância dessa palavra no mundo dos negócios. Mas se você é empresário, é provável que em pouco tempo essa palavrinha em inglês passe a fazer parte de conversas com clientes, de e-mails para fornecedores ou figure em comunicados para os funcionários de sua empresa.

Não é exagero. No meio corporativo, o branding (a pronúncia é “brendin”) ganha cada vez mais relevância. O termo refere-se, em resumo, às ações de marketing, design e relações públicas que buscam construir e diferenciar uma marca em relação às concorrentes. As maiores empresas do Brasil e do mundo já entenderam que a marca é um dos ativos mais importantes e lucrativos de uma organização. Foi-se o tempo em que o lucro financeiro era o único sinônimo de uma empresa bem administrada. Hoje em dia, é fundamental fazer uma boa gestão de marca, valorizando o lado institucional e a reputação de sua empresa em uma esfera mais ampla. Em síntese: ter um bom relacionamento com seus públicos de interesse.

Se uma empresa quer direcionar seus produtos ou serviços a um público mais conservador, por exemplo, a marca deve se posicionar de tal forma que as pessoas passem a

enxergar nela atributos como credibilidade e qualidade. Não pense que a marca refere-se apenas ao logotipo que sua empresa estampa em faixas, embalagens, outdoors, ou nas fontes de texto utilizado no anúncio do jornal ou da televisão. “Marca é a percepção dos consumidores sobre um produto, serviço, experiência ou organização”, explica Alexandre Ramôa, gerente de Planejamento e Pu-

## **O TERMO BRANDING ESTÁ VINCULADO ÀS AÇÕES DE MARKETING, DESIGN E RELAÇÕES PÚBLICAS QUE BUSCAM CONSTRUIR E DIFERENCIAR UMA MARCA EM RELAÇÃO ÀS CONCORRENTES**

blicidade da Temple Comunicação.

Um caso clássico é o da Apple, empresa de tecnologia comandada pelo visionário Steve Jobs. Somente em 2009, o Ipod – o MP3 player portátil mais cobiçado do mundo - já vendeu mais de 200 milhões de unidades e, provavelmente, chegará às 300 milhões até o final do ano. Para ter um, é preciso desembolsar entre R\$ 300 e R\$ 1.000. No entanto, é possível encontrar no mercado centenas de marcas que fabricam e vendem MP3 players com características similares às do Ipod, muitas

vezes com maior número de funções e preços bem mais acessíveis. Apesar disso, o Ipod continua imbatível. O motivo? A percepção mundial atrelada à marca Apple.

Ter um Ipod, iPhone ou um Macbook, hoje, é sinônimo de modernidade, estilo, qualidade, de algo positivo. Não são apenas aparelhos eletrônicos que as pessoas desejam e compram para ouvir suas músicas preferidas, se comunicar, trabalhar ou navegar na internet: são dispositivos que garantem status ao portador. O valor emprestado pelos consumidores à marca Apple dá à empresa de Steve Jobs uma enorme reputação e um altíssimo valor agregado. Atingir este nível parece uma utopia para as empresas paraenses, mas nem sempre é necessário investir milhões de dólares em branding para construir uma boa imagem.

Segundo Alexandre Ramôa, cada marca tem um mercado, um público-alvo e um passivo de imagem já construído, de forma planejada ou não. O primeiro passo pode ser uma pesquisa sobre a marca e seu mercado. É a partir desse primeiro diagnóstico que a empresa pode identificar como anda o posicionamento de sua marca no mercado, definindo objetivos que vão nortear o trabalho de branding, a ser realizado por empresas e profissionais especializados. ▶

## UMA FONTE DE RECEITA

O desempenho econômico de uma empresa também depende das percepções e experiências que a marca desperta em clientes e demais públicos de interesse. De acordo com a consultoria Brand Finance, a marca e outros ativos intangíveis (como competência dos diretores e o poder de inovação) representam a maior parte do volume do valor de mercado do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo. Quem ilustra bem essa situação no Brasil é a Coca-Cola. Até pouco tempo, o valor da marca da empresa respondia por 64% da receita da companhia na bolsa de valores. “Quanto mais o público respeita uma marca, as empresas podem trabalhar melhor os seus produtos, as suas margens de lucro e programar o seu crescimento”, reforça Guarany Júnior, diretor de Marketing das Organizações Rômulo Maiorana (ORM). Segundo o executivo, é essencial que as empresas tenham a visão de que não basta mais pensar apenas na venda. “É preciso ter cuidado e atenção com os relacionamentos e tudo que envolve o processo de negociação, seja com clientes, fornecedores e sociedade.”

Para o diretor da indústria de alimentos Hiléia, Hélio Melo, um dos grandes erros das empresas é pensar que administrar uma marca é apenas pensar em publicidade para os seus produtos. “Publicidade é a ponta do iceberg, mas a publicidade é uma das ferramentas que devem ser usadas para construir uma marca. A marca deve ser trabalhada como um jeito de pensar e de fazer, que cria produtos, processos e serviços que devem ser posicionados para estimular boas



**“É preciso compreender que uma marca se relaciona com diversos públicos. Não são apenas os clientes diretos. Os funcionários têm grande influência na percepção da marca, pois são vetores de informação estratégicos para a organização.”**

Alexandre Ramôa, gerente de Planejamento e Publicidade da Temple Comunicação

## FORTE E LUCRATIVA

### VEJA O QUE O BRANDING PODE FAZER POR UMA EMPRESA E SUA MARCA

- Acaba com cópias de mercado
- Os consumidores tendem a comprar a marca e você não precisa ficar correndo atrás somente de vender
- Seus investimentos de marketing tendem a trazer mais retornos, mesmo que você invista menos
- Sua empresa tende a reter e atrair mais talentos
- Sua marca poderá cobrar mais que os concorrentes
- Sua empresa sairá da guerra de mercado de baixa rentabilidade
- Sua empresa valerá mais
- Sua marca ficará mais lembrada pelos consumidores
- Sua empresa ficará associada a valores positivos e relevantes
- Sua empresa será muito mais rentável que a de seus concorrentes

experiências para quem consome.”

O branding se consolida como um processo de criação de valores. No caso da Hiléia, cuja matriz está instalada em Castanhal, a direção da empresa já elabora ações para se diferenciar no mercado de massas e biscoitos, que possui mais de 35 marcas. “Não podemos pensar apenas em criar produtos, comprar novas máquinas para nossa fábrica, contratar pessoas e ampliar nichos de mercado, sem procurar dinamizar nossos relacionamentos com fornecedores, distribuidores, supermercados e consumidor final”, fala Hélio Melo.

Um rápido exercício ajuda a entender a importância do branding. As pessoas se identificam com as marcas. Afinal, quem nunca pensou em gelar uma Coca-Cola num Prosdócimo? Em lavar a louça usando Bombril? Para a professora de pós-graduação em Marketing, Monica Sabino, branding não é fazer com que um consumidor escolha uma marca ao invés da marca concorrente. É fazer com que um potencial consumidor perceba a marca como a única solução para o que ele busca. “E não adianta ser apenas diferente. Tem que ser relevante. Tem que ser solução. E não porque eu digo, mas porque o consumidor, o usuário está dizendo.” x

## MEU CHEFE É GENTE BOA

*Pode parecer exagero, mas o relacionamento entre patrão e empregado é decisivo para alavancar ou afundar os negócios*

Em um episódio da premiada série de televisão “A Grande Família”, o funcionário público Lineu (personagem vivido por Marco Nanini) decide se aposentar. Ele vive entre tapas e beijos com o chefe, Mendonça (interpretado por Tônico Pereira). No primeiro dia sem Lineu no escritório, Mendonça perde o chão. Percebe que o funcionário tem um peso importante nos resultados da repartição. E decide demover o empregado da decisão. No final das contas, após inúmeros pedidos do patrão, Lineu acaba retornando ao emprego, para a alegria de Mendonça, que o recebe com beijos e calorosos abraços.

Em que pese os recorrentes atritos entre os personagens, a relação afetuosa entre Lineu e Mendonça serve de motivação para muitos empresários. Para os gestores, conquistar a empatia da equipe de trabalho é um bom passo para obter melhores resultados, que podem ser desde financeiros a institucionais – a empresa pode fortalecer a sua reputação no mercado e, com isso, ter facilidade para atrair bons profissionais.

Muitos especialistas consideram ser este o pilar de um empreendimento, afinal de contas são os empregados que precisam “vestir a camisa” e suar para atingir metas e cumprir as tarefas do dia a dia. É uma espécie de casamento: se uma das partes (patrão ou empregado) não vai bem, o matrimônio (empresa) fica comprometido.

Não existe uma fórmula a ser seguida para conquistar empatia, mas alguns hábitos podem ajudar, segundo a diretora da Gestor Consultoria, Nara Oliveira:

- Saber ouvir é extremamente importante. Muitas vezes o empregado tem uma opinião ou ideia que pode ser útil para o desenvolvimento da empresa, porém não a divulga por medo de ser mal interpretado ou até mesmo por vergonha de falar.
- É fundamental delegar funções, mas sempre acompanhando o desenvolvimento do trabalho para poder auxiliar o funcionário, se necessário.
- Dar feedback com frequência é fundamental, pois renova os conhecimentos do funcionários e o estimula a aprimorar suas funções.
- Estar disponível para a equipe é um sinal de valorização à pessoa e ao trabalho desenvolvido.
- Não imprimir disputas desnecessárias na equipe.



DIVULGAÇÃO

Um aspecto que sempre gera dúvidas é se criar intimidade com o funcionário pode ajudar o patrão a estabelecer uma relação de empatia na empresa. O bom senso é que deve prevalecer. O patrão pode ser amigo, dar boas gargalhadas, sair para almoçar, conversar com seus empregados e conhecer a dificuldade que os mesmos passam no dia a dia. Mas tudo sempre de forma comedida, para não deixar que a proximidade comprometa a capacidade de tomar medidas mais drásticas, como demitir aquele funcionário amigão, mas que está sendo displicente no trabalho.

“O estabelecimento de um clima organizacional amistoso, que premie a cooperação, a diversidade e embasado no respeito ao próximo é o sustentáculo necessário para a promoção de níveis elevados de profissionalismo e para o desenvolvimento e entrega de competências”, comenta a consultora Nara Oliveira.

Não é exagero dizer que criar uma boa relação com os funcionários é um exercício diário para os líderes de uma empresa. “Um bom chefe faz com que homens comuns façam coisas incomuns”, afirmava o filósofo Peter Drucker, administrador norte-americano considerado um dos gurus da gestão empresarial.

Cabe ao patrão deixar claro aos funcionários que eles são atores fundamentais para o desenvolvimento da empresa, reforçando a ideia de que uma relação harmoniosa entre as partes só contribui para a evolução da empresa e, sobretudo, do profissional. ■



# De olho nos contratos

*Cresce no mercado a necessidade de investir na gestão contratual. Quem já deu esse passo garante: a saúde financeira da empresa só tem a ganhar*

Acontece em empresas dos mais variados portes. O fechamento de um contrato é, geralmente, motivo de comemoração. Pode significar a estabilidade financeira por um determinado período. Até aí, tudo bem. O problema pode aparecer quando a euforia pela assinatura do contrato faz o empresário esquecer uma importante tarefa: buscar soluções, técnicas e procedimentos para uma administração correta e eficaz de todos os itens envolvidos em uma contratação.

A gestão de contratos virou uma necessidade no meio empresarial. É ela que irá permitir à empresa fazer um acompanhamento adequado do andamento do negócio, evitando surpresas ao final, seja de prazo, conteúdo e, principalmente, em valores firmados. “O gerenciamento dos contratos foi aos poucos se tornando cultura na nossa empresa. Quando assinamos, em 1998, um contrato

que dobraria o faturamento da empresa, percebemos que precisávamos estar atentos para que um contrato valioso não se tornasse um vilão”, conta Nelson Linhares, diretor de operações da Engeplan, empresa de engenharia instalada em Marituba.

A atitude da Engeplan está virando rotina, especialmente no eixo Sul-Sudeste. Vários procedimentos já são aplicados pelas empresas, o que tem derrubado tabus sobre a gestão de contratos. Este gerenciamento nada mais é do que uma forma de geração de valor adequando o cronograma físico (fabricação, prestação de serviços ou logística de fornecimento) ao cronograma financeiro. Para especialistas, os contratos não podem ser entendidos apenas na fase de elaboração do seu texto e cláusulas. O trabalho deve começar durante a proposta comercial, passando pela negociação do contrato, discussão e redação de cláusulas, cautelas na

formalização do contrato, até a execução, acompanhamento e entrega do trabalho - seja ele uma obra, um projeto ou um serviço.

Segundo Durval Freitas, consultor especializado do PDF (Programa de Desenvolvimento de Fornecedores), vinculado à FIEPA, a boa gestão de contratos começa com uma proposta bem elaborada, pois assim o trabalho de acompanhamento será executado com mais facilidade. Este planejamento pode ser decisivo para evitar o risco de transtornos na fase do pós-contrato - as garantias e desdobramentos que ele pode ter mesmo após a execução total do seu escopo.

Parece até óbvio, mas ainda assim muitos empresários não conhecem ou não utilizam técnicas de gestão de contratos em sua empresa. Às vezes não é nem proposital, e sim uma questão cultural. No Pará, há exemplos de empresas e até



RAIMUNDO PACCO

*O gerenciamento dos contratos foi aos poucos se tornando cultura de nossa empresa. Quando assinamos um contrato que dobraria o faturamento de nossa empresa, percebemos que precisaríamos estar atentos para que um contrato valioso não se tornasse um vilão.”*

Nelson Linhares, diretor da Engeplan

mesmo de indústrias que ainda não utilizam sequer computadores no departamento financeiro. Situações como essa são mais comuns em empreendimentos com gestão familiar, que tendem a demorar a investir na administração profissional. Para completar, as escolas e universidades abordam pouco o tema, já que a preocupação maior é com o conhe-

cimento técnico. Consequentemente, os profissionais chegam às empresas com pouco preparo.

“É preciso ter uma cultura do gerenciamento”, defende Gilson Faissal, coordenador de Planejamento da Engevix Engenharia, empresa carioca que é referência em engenharia no país. Segundo ele, as empresas devem adotar a gestão de contratos como parte estrutural do negócio, como um investimento fundamental para melhorar o controle e evitar perdas. Uma solução é investir em equipamentos, como as ferramentas de planejamento, softwares de controle e em mão de obra especializada.

Ao incorporar processos gerenciais no dia a dia, a empresa consegue perceber que a atenção não deve se restringir à composição de preços e à negociação comercial. “Essas são apenas partes do processo. É preciso direcionar o foco para o planejamento, ou seja, conhecer bem a necessidade de seu cliente, fazendo uma análise minuciosa do material solicitado”, comenta Artur Guerra, gerente administrativo do Departamento de Suprimentos da Vale. Além disso, esta cultura abre os olhos das empresas para outros aspectos, como a necessidade de avaliar bem os recursos humanos ou materiais que devem fazer parte do contrato. ▶

## O PASSO A PASSO

Existem caminhos básicos para implantar uma gestão de contratos adequada na empresa. As dicas são de Gilson Faissal, coordenador de planejamento da Engevix Engenharia.

## ANTES

A geração de contratos é iniciada na confecção da proposta, onde se determina o prazo de duração do contrato, o preço de venda, assim como um cronograma de desembolso e de faturamento.

## DURANTE

Cria-se então o time que irá gerir esse contrato, que acompanhará o seu andamento tendo em vista o que foi determinado no orçamento do projeto. É nesta fase que se recomenda investir em softwares, que irão auxiliar a controlar as despesas, por exemplo.

## DEPOIS

Manter o diálogo com o gestor do contrato pode ser decisivo para conseguir uma renovação do compromisso ou até a assinatura de um termo aditivo, ajustando pontos do acordo.

## CULTURA DE PLANEJAMENTO

A ausência de uma gestão de contratos impacta no coração da empresa: nos lucros. Para saber quanto a empresa lucrou é necessário fazer um controle minucioso de quanto foi gasto. É o que fez a Engeplan. Com a chegada dos contratos maiores, a empresa elaborou um diagnóstico para conhecer a fundo o panorama administrativo do negócio. Foi aí que os diretores perceberam que o caminho era investir em soluções para evitar a repetição de erros. Começou aí a implantação de uma cultura de gestão.

“O primeiro passo foi fazer um planejamento estratégico. A partir disso, a empresa entendeu que era necessário criar um departamento de gerenciamento de planejamento e controle. Dentro desse departamento desenvolvemos softwares especializados para informatizar nosso almoxarifado e o controle de custos das obras”, detalha Nelson Linhares, diretor da Engeplan. Este procedimento gerou para a empresa um verdadeiro banco de dados. “Hoje recorremos às nossas informações para fazer um orçamento mais detalhado. Vamos ao histórico e já sabemos quanto precisamos em cada projeto. Quando aparece um problema no nosso banco já temos a resposta.”

A inapetência por implantar procedimentos gerenciais como este ainda é grande no empresariado paraense. “Sabemos de caso de empresas que fizeram procedimentos além do previsto no contrato e tiveram prejuízos grandes”, conta Rodrigo

Garcia, consultor técnico do PDF. “Orientamos a empresa para que, se for necessário fazer algo a mais do que está no escopo do projeto, seja feito um aditivo ao contrato, pois assim haverá segurança para ambas as partes”, reforça.

A busca por uma gestão mais eficiente não deve começar de forma apressada. É importante que as empresas procurem antes orientação profissional. Existem hoje consultorias especializadas, como o PDF da FIEPA, que apoiam os gestores na criação de sistemas eficientes de gestão de contratos. ■



*As empresas devem considerar cada contrato com seu cliente como se fosse o único. Precisam despender os melhores recursos para que tenham êxito no acordo. Quem fizer isso vai, com certeza, abrir as portas para a chegada de outras oportunidades de negócios.”*

Artur Guerra, gerente administrativo da Vale

## OPORTUNIDADES À VISTA

Não é muito fácil encontrar exemplos de gestão avançada de contratos no Pará. As empresas locais ainda engatinham neste terreno. Se por um lado essa constatação pode parecer desestimulante, por outro, revela um novo nicho de negócio. “O mercado de gerenciamento é excelente e ainda não explorado no Pará. Representa um expressivo potencial de negócios. As empresas locais perdem muito dinheiro ou perdem os clientes”, explica Durval Freitas, consultor do PDF.

Em razão disso, o PDF vem buscando capacitar as empresas para desenvolver o gerenciamento de projetos. “O PDF, em parceria com o Projeto Construir e outras entidades, tem proporcionado cursos para o pessoal operacional das empresas, visando suprir essa necessidade”, diz Evandro Diniz, coordenador técnico do Programa.

Em 2009, o PDF e parceiros realizaram 6 cursos de gerenciamento de projetos para pessoal operacional em todo o Pará, capacitando mais de 130 pessoas em diversas regiões. Em 2010, o programa irá ampliar o seu quadro de capacitação de empresas, gestores e trabalhadores e focará suas ações para os setores estratégicos.



• Audiência pública em Vitória do Xingu para discutir a implantação de Belo Monte: ritmo lento

# A novela continua

*Atraso no licenciamento ambiental de Belo Monte preocupa indústria do Pará e prolonga a apreensão quanto à oferta de energia no estado*

Tudo indicava que, em novembro, o MMA (Ministério do Meio Ambiente) iria entregar à Eletrobras a licença prévia para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. “Até o dia 25 (a licença) deve ser emitida”, sinalizou o titular da pasta, Carlos Minc, no início do mês passado. As semanas passaram e o documento, que permite a realização dos estudos para a implantação do empreendimento, não foi liberado pelos técnicos do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), órgão vinculado ao MMA responsável pelo licenciamento.

O atraso na liberação da licença foi um duro golpe para os paraenses. O estado, assim como todo o país,

precisa de novas fontes de energia para se desenvolver. A demora no licenciamento de Belo Monte, que terá capacidade de gerar 11,2 mil MW, pode resultar em desinteresse de empresas em se instalarem no Pará. Além disso, pode inibir até mesmo a expansão dos empreendimentos que já operam em solo paraense. Um dos reflexos deste entrave é a estagnação da geração de empregos.

“Se nós queremos crescer algo como 5% ao ano na economia nacional, é inevitável que tenhamos que nos preocupar com energia para no mínimo quatro, cinco anos”, diz Sidney Rosa, vice-presidente da FIEPA. Ele lembra que, recentemente, a Alcoa iniciou uma operação de bauxita em Juruti, na região oeste do estado. A ideia era que, além de ex-

trair o minério, a empresa produzisse alumina e alumínio no Pará. Mas este projeto nem saiu do papel pela indisponibilidade de energia na região.

O Ibama não dá maiores detalhes sobre a demora na emissão da licença prévia de Belo Monte. Segundo o órgão, o processo aguarda apenas análise técnica dos estudos apresentados pela Eletrobras, responsável pela obra. Está em andamento, por exemplo, a avaliação do impacto que a usina terá nas cavernas da região. É uma etapa que deve prolongar o licenciamento pelo menos até janeiro. Para agravar a situação, em dezembro, técnicos do Ibama que participavam do licenciamento entregaram os cargos, alegando sofrerem pressões para emitir a licença. É mais um entrave ao desenvolvimento. x

## LICENÇA TRAVADA

O governo anunciou que iria emitir ainda em 2009 a licença prévia da hidrelétrica de Belo Monte, mas o Ibama não autorizou. Veja porque:

### ESTÁGIO

Segundo o Ibama, o licenciamento de Belo Monte, que começou em 2006, aguarda apenas a análise de alguns estudos para a emissão da licença prévia.

### DEBANDADA

Esta análise foi comprometida no início de dezembro, quando técnicos do Ibama entregaram os cargos alegando sofrerem pressões para licenciar a usina.

### ENTRAVE



FOTOS: LUCIVALDO SEMA/AG PA

O Ministério Público Federal continua movendo ações para paralisar o licenciamento, argumentando que o empreendimento não foi totalmente discutido com as comunidades, principalmente indígenas, que moram na região de influência de Belo Monte. Isso, mesmo já tendo sido realizadas quatro audiências públicas oficiais sobre o assunto.

# Mais um gigante no Pará

*A mineração atraiu mais uma multinacional. Agora é a Anglo American, que pretende implantar no estado o maior empreendimento de níquel do planeta*

O Pará vai, em breve, colocar o Brasil no cenário mundial de produção do níquel. É o que se vislumbra com os investimentos da Anglo American no estado, mais especificamente no município de São Félix do Xingu, na região de Carajás. A empresa, de origem inglesa e que opera em 45 países, anunciou oficialmente, durante reunião na FIEPA, em dezembro, a intenção de implantar o Projeto Jacaré, apontado como o maior empreendimento de níquel do planeta, com reservas que chegam perto de meio bilhão de toneladas de minério.

Os investimentos anunciados para o Jacaré são da ordem de R\$ 9,4 bilhões. Em pesquisa geológica e avaliação de reservas minerais foram investidos, até o momento, R\$ 23 milhões. A jazida permitirá a lavra de dois tipos de minério de níquel. O minério saprolítico, utilizado para a produção de ferroníquel (usado na indústria de aço inox), será gerado numa planta industrial de pirometalurgia. Já o minério laterítico, que forma o níquel eletrolítico (utilizado em componentes eletroeletrônicos), será oriundo de uma planta de hidrometalurgia.

A produção anual estimada de níquel do Projeto Jacaré é da ordem de 82 mil toneladas. Para se ter uma ideia deste volume, o Brasil produziu, em 2008, aproximadamente 85 mil toneladas de níquel, segundo levantamento do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração). Com esta quantidade, o país se coloca na sétima posição entre os



• **Funcionário contratado pela Anglo durante a elaboração de pesquisas sobre a flora de São Félix do Xingu: empresa pretende investir pesado no Projeto Jacaré**

principais produtores mundiais do minério – a líder é a Rússia.

Apesar de anunciar só agora o projeto do Pará, a Anglo já mantém uma base de trabalhadores e pesquisadores em território paraense. São 85 profissionais diretos e indiretos envolvidos atualmente no projeto. “Esse projeto já vem acontecendo há algum tempo e só agora, que nós tivemos os recursos minerais devidamente avaliados, é que pudemos falar do projeto. Enquanto nos estávamos em uma fase de exploração, de sondagem, analisando os minérios daquela região, nós não poderíamos tomar essa decisão”, explica José Gregório da Mata, diretor de Operação e de Otimização de Ativos da Anglo American Brasil.

O Projeto Jacaré está em fase de pesquisa e ainda não é possível dizer quando entrará em operação. Está em andamento o diagnóstico arqueológico da área a ser minerada. A Anglo já apresentou à Sema (Secretaria de Meio Ambiente



## UM GRANDE EMPREENDIMENTO MINERAL

Saiba mais sobre o Projeto Jacaré, investimento da Anglo American no Pará



**ONDE:** novo distrito mineral de níquel saprolítico e laterítico, localizado na comunidade Jacaré, 60 km ao norte da cidade de São Félix do Xingu, região de Carajás

**INVESTIMENTO:** R\$ 9,4 bilhões

**RESERVAS MINERAIS:** mais de 495 milhões de toneladas de níquel



**PRODUÇÃO ANUAL:** 35 mil toneladas de níquel (pirometalurgia), 47 mil toneladas de níquel eletrolítico e 5.400 toneladas de cobalto (hidrometalurgia)

**EMPREGOS:** 1.138 empregos diretos, 300 terceirizados e 3.400 indiretos na fase de operação

PA

São Félix do Xingu

do Pará) o requerimento para elaboração do estudo e do relatório de impacto ambiental. Os próximos passos serão a obtenção das licenças prévia, de instalação, de operação e outorga para captação e uso de água. De acordo com os estudos da Anglo, Jacaré terá vida útil aproximada de 50 anos e deverá gerar, ao longo desse período, cerca 4.800 empregos, entre diretos e indiretos.

A chegada da Anglo American, que é considerado um dos maiores grupos em mineração e recursos naturais do mundo, reforça a vocação mineral do Pará e, sobretudo, a capacidade paraense de atrair grandes empresas do setor. Apesar de ser o segundo maior produtor nacional de minérios, atrás apenas de Minas Gerais, o estado ainda não extrai níquel. Esse quadro deve começar a mudar já em 2010, com a previsão do início das operações do Projeto Onça Puma, da Vale, em Ourilândia do Norte. E tende a ganhar novos contornos nos próximos anos com o desenvolvimento do Projeto Jacaré. ■



FOTOS: DIVULGAÇÃO/ANGLO AMERICAN

*Esse projeto já vem acontecendo há algum tempo e só agora, que nós tivemos os recursos minerais devidamente avaliados após as fases de sondagem, pudemos falar dele. É um projeto que, uma vez implantado, terá um impacto muito grande no valor da Anglo American."*

Gregório da Mata, diretor de operações da Anglo American

## SALDOS SOCIAIS

Na avaliação de Every Aquino, diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral no Pará, a presença da Anglo vai significar bem mais que a projeção do estado no cenário mundial de níquel. "O projeto prevê, além do investimento de R\$ 9,4 bilhões para a implantação, a internalização de mais R\$ 1 bilhão a cada ano durante os 49 anos previstos. Isso é uma inserção financeira de grande impacto em uma comunidade paupérrima, que pode transformar uma região."

Enquanto caminham os estudos, a Anglo trabalha pela construção de uma relação sustentável com as comunidades vizinhas ao projeto. Entre as ações já implementadas estão a recuperação de estradas, pontes de madeira e a doação de equipamentos de informática para uma escola municipal.

O compromisso socioambiental da empresa foi elogiado pelo vice-presidente da FIEPA, Sidney Rosa, que apontou a chegada da Anglo ao Pará como uma oportunidade de desenvolvimento não só para o setor mineral, mas também para os indicadores sociais do estado. "Temos certeza que o empreendimento virá com todos os cuidados ambientais. Mais importante que isso é o que vai restar para o estado. O projeto é da Anglo porque ela é a acionista, mas depois ele será nosso."

# 60 anos

## FIEPA comemora seis décadas de defesa do desenvolvimento do Pará

O Brasil vivia o pós-guerra e colhia os louros da vitória na defesa pelos aliados (Estados Unidos, União Soviética e o Império Britânico) quando, no Pará, nascia a sentinela que defenderia os interesses dos industriais locais e lutaria bravamente - mesmo que sem armas em punho - pelo desenvolvimento do estado, da Amazônia e do país. Em 19 de novembro de 1949, a união de seis sindicatos patronais da indústria paraense (de arroz, marcenaria, panificação e confeitaria, alfaiataria e confecção de roupas para homem, calçado e olaria) dava origem à FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará).

A implantação da federação não foi nada fácil. Foi preciso, primeiramente, consolidar os sindicatos patronais, os quais, segundo os critérios da CNI (Confederação Nacional da Indústria), seriam primordiais para a criação da entidade. Este processo de consolidação dos sindicatos patronais iniciou ainda em 1947.

“Tudo estava por fazer. Não existiam sindicatos de órgãos patronais da indústria, só alguns do comércio. Tínhamos verificado o que poderia ser feito de útil às classes empresariais e aos trabalhadores com a organização sindical patronal. Iniciamos a doutrinação, buscamos fazer levantamentos das empresas do estado e orientávamos as das classes empresariais no sentido de se sindicalizar. Promovemos encontros coletivos e a seguir dos grupos de empresas. Assim chegamos à formação das associações, como primeiro passo da organização classista”, relata

REPRODUÇÃO COMEMORATIVA DA INDÚSTRIA PARAENSE



• Imagem de 1939 mostra operários da Fábrica Perseverança (do setor têxtil), na hora do almoço, em Belém: economia à época era baseada na exportação de produtos semimanufaturados

o primeiro presidente da FIEPA, Gabriel Hermes, no livro “Fiepa. A saga viva de uma obra”, de 1987.

Foi assim que, ainda em 1947, foram fundados os nove primeiros sindicatos da indústria, representando os setores de marcenaria, ferro, arroz, cerveja e bebidas em geral, preparação de óleos vegetais e animais, sabão e velas, olaria, calçados, tipografia e panificação e confeitaria.

Após a consolidação dos sindicatos, o grupo interessado na implantação da Federação das Indústrias, liderado por Gabriel Hermes, ainda enfrentaria disputas políticas para trazer a entidade classista para o norte brasileiro. Na época, as lideranças do então Partido Social Democrático (PSD)



RAIMUNDO PACCO

foram acusadas pelo grupo de empresários de sabotagem. Os políticos temiam que novas lideranças pudessem se estabelecer na região e, por isto, foram até a sede da CNI, ainda localizada na cidade do Rio de Janeiro, para “sustar, atrasar e dificultar o reconhecimento da Federação”. Gabriel Hermes chegou a ameaçar repercutir a “batalha” na imprensa, sob a justificativa de que as classes empresariais estavam sendo desrespeitadas e os trabalhadores prejudicados. A reação repercutiu e, depois de audiência com o ministro do Trabalho, os industriais paraenses conseguiram a carta constitutiva de reconhecimento da federação.

Segundo Lísio Capela, quem na época fazia parte da

diretoria da FIEPA, o trabalho de Gabriel Hermes foi fundamental para a consolidação da instituição no Pará. Atual presidente do Sindicato das Indústrias de Olaria, Cerâmica para a Construção e de Artefatos de Cimento Armado do Estado do Pará (Sinolpa), o primeiro a se filiar à Casa, Capela conta que todos os prédios e estruturas físicas da federação foram conquistados por Gabriel Hermes. “Era um homem incansável. Vivía viajando para conseguir recursos para o nosso estado e expandir o trabalho da instituição aqui no Pará. Lembro que, numa das vezes em que estava na diretoria da Casa, executávamos a construção do segundo edifício da FIEPA. Isto exigia do Dr. Gabriel, de mim e dos diretores permanente assistência à consecução desse objetivo, com solução de pendências e obtenção de recursos em Brasília para suprir as obras de acabamento, mobiliário e refrigeração.”

A época de constituição da FIEPA coincidiu com o período em que o Brasil experimentava os primeiros sinais de democracia. O presidente era Gaspar Dutra, que assumiu o governo após o fim do Estado Novo, marcado pela ditadura e censura à imprensa. O país estava em desenvolvimento, com a execução de programas de estímulo à prática do capitalismo. Foi na década de 40 que o governo federal executou políticas econômicas que levaram à internacionalização de algumas atividades produtivas. O Pará, particularmente, ainda estava, de certa forma, isolado. Até mesmo geograficamente, já que foi somente em 1960, com a inauguração da rodovia BR-316 (a Belém-Brasília), que foi facilitado o acesso por terra ao estado.

Segundo o censo industrial da época, o Pará tinha 666 estabelecimentos industriais em 1940 – esta quantidade de empreendimentos passaria para 1.222 no ano de 1960 -, que geravam algo em torno de 8 mil postos de emprego. Era o período em que o parque industrial estadual estava em formação. Ainda existiam muitas empresas que produziam matérias-primas semi-manufaturadas (como borracha e madeira), que eram enviadas para a exportação, e aquelas que já abasteciam o mercado interno, caso dos estabelecimentos que fabricavam bens de consumo como bebidas e calçados. ▶

## SESI E SENAI: A FORÇA DO SISTEMA

*Antes mesmo da fundação da FIEPA, já existiam o Sesi (Serviço Social da Indústria) e o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), entidades que cumprem importante papel na tarefa de formar mão de obra qualificada para a indústria e incentivar atividades que estimulem o bem-estar do trabalhador.*



FOTOS: ARQUIVO FIEPA E FABRÍCIO GESTA

• O antigo prédio do Sesi (foto à esq.) e algumas atividades desenvolvidas nas empresas

O Sesi foi criado em 1946 pelo presidente Gaspar Dutra, enquanto o Senai nasceu em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas - só chegaria ao Pará na década de 50, depois de concluído o longo e penoso trabalho de organização e consolidação estrutural da FIEPA. Trazer o Senai ao Pará e incorporar o Sesi à Federação foram outras batalhas travadas pela diretoria da FIEPA. Relatos da época apontam que em 1951 houve o entrelaçamento do Sesi e da federação. Neste ano, a diretoria da FIEPA se instalou naquela que seria a sua primeira sede no Pará, o prédio do Sesi, localizado na rua Manoel Barata, número 413.

O Senai só viria em 1953, com a inauguração do Centro de Formação Profissional Getúlio Vargas, primeira instalação física da instituição no Pará. A construção dessa sede foi uma das primeiras conquistas da federação, que através de sua diretoria conseguiu captar recursos diretos da CNI, somando-os ao seu orçamento. “Sem dúvida, a criação do departamento regional do Senai foi uma grande conquista não só da FIEPA, mas também da sociedade paraense. Através dessa instituição foi possível a viabilidade orçamentária das nossas escolas profissionais, expandindo os serviços oferecidos pela federação e, conseqüentemente, proporcionando o

## UM GIRO PELA HISTÓRIA

Prédios em construção, formação de sindicatos, reuniões com empresários e governantes, viagens pelo interior do estado, pelo Brasil e pelo mundo, lançamento de projetos de desenvolvimento, eleições, estudos setoriais.... Estes foram apenas alguns dos caminhos percorridos pela FIEPA ao longo dos seus 60 anos de vida. A federação passou por momentos marcantes na vida do Pará e do país. Relembre alguns dos períodos decisivos para a formação da entidade.

## ➔ ANOS 40

- O agrupamento de seis sindicatos patronais da indústria fundou a FIEPA. Gabriel Hermes Filho foi escolhido pelo grupo de empresários para presidir a entidade.
- São criadas as duas entidades (Sesi e Senai) ligadas à indústria.



FOTOS: ARQUIVO FIEPA, BATIMUNDO PACCO E MARCELO DEUS



• Desde a sua criação, na década de 40, o Senai promove diversos cursos que capacitam mão de obra para a indústria

maior associativismo dos sindicatos filiados, que queriam fortalecer as suas empresas associadas”, avalia o primeiro diretor regional do Senai, Gerson Peres, que se mantém na função, prestando diversos serviços para o Sistema FIEPA.

De acordo com Peres, antes dele a instituição teve como gestor o delegado José Stênio Lopes, porém este não exercia a função de diretor, já que neste tempo o Senai ainda não tinha uma diretoria regional no Pará. “Antes do Gabriel Hermes, existia uma delegacia do Senai, a qual era submetida ao Estado do Ceará. Por se tratar de uma delegacia, a instituição era bem pequena e tinha suas ações bastante limitadas”, recorda.

## ➔ OS PRESIDENTES

### GABRIEL HERMES FILHO (1947 – 1990)

ARQUIVO FIEPA



O advogado e industrialista do segmento moveleiro foi um representante do setor produtivo local muito antes da fundação da FIEPA. Gabriel foi presidente do Banco de Crédito da Amazônia (atual Banco da Amazônia), diretor da Associação Comercial do Pará e acumulou em sua biografia seis mandatos como deputado federal e mais um como senador pelo Pará.

Sendo um dos fundadores e primeiro presidente da FIEPA, Gabriel Hermes ergueu grande parte do patrimônio físico da entidade. Em seus 43 anos à frente da federação, conseguiu recursos junto à Confederação Nacional da Indústria para a construção da Casa da Indústria (sede da FIEPA) e das escolas e dos centros do Sesi e Senai.

Diante de todo o patrimônio adquirido em sua gestão, a grande contribuição de Gabriel Hermes, que nasceu no município de Castanhal, foi ter disseminado na cultura local a importância do associativismo.

A maior reivindicação de Gabriel Hermes era a construção das eclusas de Tucuruí. Em 1983, na tribuna do Senado Federal, ele foi firme ao criticar o governo federal, sob o comando do general João Baptista Figueiredo, que não ergueu as eclusas.

## ➔ ANOS 50 ➔



• Primeira unidade do SESI no Pará

[www.fiepa.org.br](http://www.fiepa.org.br)

- Por meio de Carta Ministerial, o governo federal passa a reconhecer a FIEPA como a entidade representativa da indústria paraense.
- A FIEPA incorpora o Sesi, entidade que já prestava serviços à população paraense pouco antes da fundação da federação.
- Em 1953, Gabriel Hermes consegue recursos na CNI para a construção daquele que viria a ser o primeiro prédio do Senai no Pará, o Centro de Formação Profissional Getúlio Vargas.
- A federação adquire o prédio de construção antiga e residencial da travessa Quintino Bocaiúva, onde passou a funcionar, juntamente com a administração central do Sesi.

## PERSONAGENS MARCANTES

A FIEPA sempre teve em seu time os melhores técnicos da região para defender o setor produtivo paraense. Ao longo de seis décadas, os assessores da Casa enfrentaram pressões das mais variadas. Desde a vontade do sudeste brasileiro em reduzir o potencial econômico da Amazônia até mesmo as pressões de ONGs, que sem ter conhecimento da região, tentam impor um modelo impraticável de vida, que desconsidera os habitantes dos estados amazônicos.

O trabalho dos consultores da FIEPA foi fundamental para as conquistas do setor produtivo. Foi assim com a construção, na década de 70, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com a instalação de organismos voltados para o fomento da exportação, com a exploração do Projeto Carajás e, mais atualmente, com a finalização da obra das eclusas, da hidrovia do Tocantins e com a criação da Política Estadual de Incentivos.

“Desde o começo da federação, o Dr. Gabriel procurou as melhores cabeças da época para compor o grupo que prestaria assessoria à FIEPA. Dessa forma, já fizeram parte da Casa pessoas como Adriano de Castro Menezes, Jarbas Passarinho, Oswaldo Tuma, Irapuã Sales, Aldebaro Klautau Filho, José Maria Pinheiro Condurú, Wilton Brito, José do Egipto Soares Filho, Otávio Pires, Jorge Arbage, enfim, um grupo bastante seletivo que dava suporte e assistência técnica para a Federação”, conta Joaquin Porto, assessor da FIEPA há quase 50 anos.

Segundo Porto, na década de 50, com a criação da SPVEA (Superintendência do Plano

• 1976 - Os assessores Wilton Brito, Joaquin Porto e Baim Klautau Filho ao lado de Gabriel Hermes e Altair Vieira



• 1970 - Inauguração do Centro Diesel da Amazônia (Cedam), do Senai. Superintendente da Sudam, General Bandeira Coelho descerra placa



• 1975 - Diretoria da FIEPA recebe presidente do Banco da Amazônia Francisco Jesus da Penha



de Valorização Econômica da Amazônia), antecessora da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), o governo federal começou a oferecer incentivos para que empresas dos mais diversos ramos produtivos se instalassem na região amazônica. Foi ainda a época em que o governo estimulava a nacionalização da economia, com receio de que empresas estrangeiras entrassem no país. O slogan “integrar para não entregar” marcou este período.

“Existia uma política de incentivos, mas o brasileiro tinha muitas incertezas da potencialidade da região, dado o desconhecimento da época. Para tentar reverter o quadro, os assessores da FIEPA, a pedido do Dr. Gabriel, desenvolveram uma série de estudos de viabilidade econômica das principais atividades produtivas da região. Chamamos o

## ANOS 60



• O prédio da travessa Quintino Bocaiúva é demolido. No terreno foi erguido o primeiro bloco da Casa da Indústria, edifício de sete pavimentos, ao qual foi dado o nome de Afonso Furtado de Lima, em justa homenagem ao 1º vice-presidente da Federação durante as gestões de Gabriel Hermes.

• A FIEPA cria o Escritório de Desenvolvimento Regional e Projetos Industriais, responsável pela produção de estudos econômicos das diversas cadeias produtivas locais.

• Na reunião de 17 de novembro de 1969, o Conselho de Representantes da FIEPA decide pela instalação do núcleo regional do IEL, que teve como primeiro diretor Otávio Bittencourt.



• 1987 - Reunião sobre a hidrovía Araguaia-Tocantins



• 1974 - Gabriel Hermes posa ao lado da diretoria



• 1965 - O ministro da Indústria e do Comércio, Edmundo Macedo Soares e Silva apresenta o plano de expansão da Indústria Nacional

trabalho de Perfis Industriais”, lembra Porto.

Naquele momento, os perfis ganharam tamanho destaque em âmbito nacional que acabaram contribuindo para a elaboração, em outubro de 1966, da 1ª Reunião de Investidores para o Desenvolvimento da Amazônia. O encontro trouxe para a Amazônia empresários de todo o Brasil e alguns de fora. A bordo do navio Rosa da Fonseca, onde ocorreu o evento, foi apresentado aos investidores a potencialidade da região, dando segurança e estimulando a instalação de novas indústrias na Amazônia. A reunião conseguiu trazer à Amazônia indústrias de grande porte, porém a criação da nova política de incentivos fiscais, que seria executada pelos dois então novos órgãos públicos, Sudam e o Banco da Amazônia, foi o grande resultado do evento.

## FERNANDO FLEXA RIBEIRO (1990 – 1998)

CARLOS SILVA



Professor universitário, engenheiro e oriundo do setor da construção civil, onde presidiu o sindicato da classe, Flexa Ribeiro assumiu o mandato com um desafio: renovar a FIEPA. Uma das primeiras ações foi alterar o regimento interno, definindo o mandato da diretoria para o período de quatro anos, podendo ser reeleito para apenas mais um mandato. Foi um dos passos para modernizar a gestão.

Outra medida foi ampliar a atuação da federação. Nesta época, nasceu a Ação Pró-Amazônia, um centro de estudos e de defesa dos interesses da região. A busca por novos horizontes incluiu a interiorização da FIEPA.

Este foi o preparatório para alçar voos maiores, como a primeira missão internacional para atrair investidores estrangeiros. Em seguida, começou a defesa para garantir incentivos fiscais à indústria. Para estimular o desenvolvimento empresarial, criou o Centro Internacional de Negócios. A FIEPA foi a segunda federação do país a instalar um centro exclusivo para atender as demandas internacionais. Também foi o idealizador da Feira da Indústria, hoje um dos mais importantes eventos do setor, que teve a primeira edição realizada no Centur, na década de 90.

## ANOS 70

- A bordo do navio Rosa da Fonseca, sobre os rios amazônicos, a CNI promove o Encontro Regional da Indústria. Com partida de Manaus e chegada a Belém. O evento trouxe políticos e empresários de todo o Brasil para discutir a definição de uma política de ocupação espacial para a Amazônia.



• Na década de 70 Gabriel Hermes recebe visita da Cônsul dos EUA

## ANOS 80

- Em reunião com o presidente do Brasil, João Figueiredo, Gabriel Hermes apresentou documento demonstrando a potencialidade dos polos agrominerais de Carajás e Trombetas. No estudo, a FIEPA demonstrava como se daria o escoamento do minério de Carajás através de hidrovía e apontava a necessidade de não serem cortadas as verbas para a hidrelétrica de Tucuruí.

## NOVOS RUMOS PARA A FIEPA

Cruzado Novo, Cruzeiro, Cruzeiro Real e Real. Em oito anos, o Brasil conheceu quatro diferentes moedas. Também no período de 1990 a 1998, o país passou por grandes mudanças políticas: assumiu o primeiro presidente democraticamente eleito. Porém, caiu após sofrer um processo de impeachment. Assumiu o vice, Itamar Franco, para então ceder lugar nas eleições ao sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que colocou em prática – quando ainda era ministro - o Plano Real, acabando com a hiperinflação e iniciando o processo de estabilização política e econômica do país. Foram, portanto, tempos de mudanças e conturbações para qualquer cidadão, principalmente os empresários. A palavra “estabilidade” era apenas mais um verbete perdido no dicionário. Ou um sonho distante.

Se a situação era nada confortável para cidadãos isolados, imagine então para uma federação que representava o setor industrial de um Estado. “Sem dúvida foram oito anos árduos e de muito trabalho. Era preciso injetar força e sentimento de união no empresariado paraense. Só assim vencemos juntos aqueles tempos, onde tanta coisa mudou rapidamente”, relembra o ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, Fernando Flexa Ribeiro.

Engenheiro, vindo do setor da construção civil, onde presidiu o sindicato da classe, Flexa assumiu o mandato com um desafio: renovar a FIEPA. “Só poderíamos conquistar isso com o apoio total de todos. E foi o que tivemos”, afirma. Era preciso, portanto, uma reforma dentro



• 1990 - Gabriel Hermes passa o bastão para Fernando Flexa Ribeiro.



• 1995 - Nélia Ruffeil entrevista Flexa Ribeiro

da casa para traçar os novos rumos.

Uma das primeiras ações foi alterar o regimento da FIEPA, definindo o mandato da diretoria para o período de quatro anos, podendo ser reeleito para apenas mais um mandato. “Buscamos modernizar a gestão, consolidando a renovação permanente, para que cada nova diretoria pudesse dar sua contribuição com novas ideias para a federação. Pretendíamos, a partir disso, tornar a FIEPA, cada vez mais, um centro de difusão de projetos e ações para desenvolver o Pará, nas mais diferentes áreas”, relembra Flexa Ribeiro.

Outro desafio da FIEPA era ampliar sua atuação. “Era preciso deixar a visão de ser apenas uma entidade representativa dos interesses do setor produtivo para assumir seu papel, que é tão bem desempenhado até hoje: defender os interesses do Pará como um todo, em todas as áreas”, explica o ex-presidente. A direção da FIEPA, no início da década de 90, foi além: criou a “Ação Pró-Amazônia” no âmbito da CNI (Confederação Nacional da Indústria). A

## ANOS 90



• Flexa Ribeiro, Clarice e Danilo Remor, e José Conrado

- O empresário do setor da construção civil, Fernando Flexa Ribeiro, é eleito presidente da FIEPA.
- Morre o fundador e primeiro presidente da FIEPA, Gabriel Hermes.
- A FIEPA atua diretamente com a CNI para a criação da Ação Pró-Amazônia, que fortaleceria e daria mais voz aos nove estados da Amazônia Legal.
- Focalizando no fortalecimento das exportações, a FIEPA é a segunda federação do país a criar o Centro Internacional de Negócios.
- Com o término do segundo mandato da gestão do presidente Flexa Ribeiro, os sindicatos filiados elegem o empresário do segmento madeireiro Danilo Remor.





A posse foi prestigiada por Albano Franco que presidia a CNI.



• 1998  
- Posse  
da nova  
diretoria.  
Danilo e  
Clarice  
Remor, José  
Augusto  
Afonso,  
Flexa  
Ribeiro e  
Luis Carlos  
Monteiro

associação, que reúne as federações da indústria da Amazônia Legal, passou a ser um centro de estudos e defesa dos interesses da região, mostrando aos governos os gargalos a serem vencidos. Também atua de forma a atrair investimentos para o Norte do país.

Foi a Ação Pró-Amazônia, por exemplo, que coordenou e realizou, em Belém, o evento “Eco Amazônia”, um seminário preparatório para a famosa reunião Eco 92, que reuniu, no Rio de Janeiro, importantes lideranças mundiais para tratar da questão ambiental no país e no mundo.

Para Flexa Ribeiro, o empresariado paraense esteve sempre à frente da federação, buscando alternativas para o desenvolvimento sustentável, ciente do modelo que havia sido implantado no governo militar e que precisava ser alterado. “O Pará reúne todos os tipos de ocupação, de dinâmicas econômicas e sociais que existem na Amazônia. Também reúne todos os desafios a serem superados na Amazônia. Temos conhecimento do que enfrentamos e sabemos como podemos superar os problemas e encontrar

soluções”, comenta.

Entre as ações que deveriam ser tomadas para unir a FIEPA na busca por soluções ao Pará estava a interiorização. “Isto deveria ser rápido, imediato. Por isso trabalhamos e conseguimos estabelecer representações da FIEPA em Santarém e Marabá. Esse foi um passo importante para a interiorização, que era uma das nossas prioridades e maiores anseios dos sindicatos”, afirma o ex-presidente. Resultado disso foi a ampliação do número de sindicatos filiados. “O que só fez aumentar nossa força, mas também nossa responsabilidade”, destaca.

Iniciando o processo de fortalecimento, era preciso criar mais bases e oferecer atrativos aos empresários. Assim, outra conquista foi a instalação de um escritório do BNDES no Basa, em Belém. Posteriormente, esse posto foi fechado e criado um balcão do BNDES nas instalações da FIEPA, que funciona até hoje. Em seguida, um passo que na época parecia inovador: estreitar os laços com a academia. Foi então instalado, na sede da FIEPA, um posto avançado da UFPA (Universidade Federal do Pará), “aproximando o setor produtivo dos universitários, da pesquisa e da inovação”, relata Flexa Ribeiro.

Com sua representatividade já reconhecida, a FIEPA alçou voos maiores: realizou a primeira missão internacional para atrair investidores estrangeiros. Um grupo de empresários da Malásia conheceu o Pará e demonstrou interesse em utilizar áreas já alteradas para a plantação de palma. “Infelizmente não avançamos. Até hoje buscamos alternativas para aproveitar da melhor forma as áreas já alteradas e vejo nessa cultura, entre outras, uma forma de recuperar áreas abertas. É uma forma plenamente viável ▶

## ANOS 2000



• Empresas certificadas pelo Procem

- É criado o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, que teria como objetivo a qualificação e aperfeiçoamento das empresas locais para o desenvolvimento das cadeias produtivas.
- Morre o presidente Danilo Remor. Em seu lugar assume o então 1º vice-presidente, José Conrado Santos.
- Em 2005, José Conrado torna-se presidente da FIEPA pelos votos dos sindicatos filiados à Casa.

# Matéria de capa

e que utiliza, de maneira inteligente, as áreas do estado. É uma luta antiga da FIEPA e que até hoje temos enfrentado resistência por parte de quem não enxerga a Amazônia como várias ‘amazônias’ e biomas e sim como um santuário”, argumenta Flexa. Também nesse sentido, a FIEPA foi pioneira a lutar junto ao então governador Almir Gabriel, que estava em seu primeiro mandato (1994-1998), para criar a primeira Lei de Incentivos Fiscais do Pará, comprovadamente um meio eficaz de atrair investimentos e gerar emprego e renda com a chegada de novas e fortes indústrias.

Com as novas empresas e o novo dinamismo econômico do estado, coube então à diretoria, comandada pelo presidente Flexa Ribeiro, criar o CIN – Centro Internacional de Negócios. Foi a segunda federação do país a instalar um centro exclusivo para atender às demandas internacionais.

Hoje, liderado pelo empresário Luís Carlos Monteiro, o CIN é referência no estado quando o assunto é exportação, dando suporte aos iniciantes e defendendo os interesses das grandes empresas exportadoras do Pará. Setor da economia, aliás, que movimentou US\$ 10 bilhões apenas em 2008. Além da luta representativa, o CIN passou a oferecer cursos de formação, garantindo maior competitividade aos empresários paraenses e condições de enfrentar o mercado global.

Todas as ações, no entanto, foram fruto de uma forte parceria entre os empresários, o que gerou amizades duradouras. “Foi na FIEPA que tive a honra e o prazer de conviver com pessoas como o saudoso amigo e irmão Danilo Remor. Uma pessoa séria, íntegra e que deixou sua marca na gestão, ampliando ainda mais os esforços em defesa não só do setor produtivo, mas do Pará. Assim também atua hoje o presidente José Conrado, que mostra competência e é ativo na busca por abrir a FIEPA para discutir as questões do Pará, não permitindo que seja uma entidade corporativista, mas que vê o estado como um todo. É um trabalho continuado, que conta com pessoas sérias, comprometidas e que dão orgulho para nós que já estivemos por lá e que hoje vemos a FIEPA tão bem representada”, elogia o ex-presidente.



• 2005 - Danilo Remor entrega a Medalha do Mérito Simão Miguel Bitar para o então governador Simão Jatene



• 1998 - Danilo Remor toma posse

Para Flexa, que hoje se tornou senador da República, a passagem pela FIEPA deixou vários ensinamentos. Entre eles, a busca incansável pela melhoria da qualidade de vida dos paraenses e a superação dos desafios do estado. “Foi um aprendizado que me permitiu ter uma visão não mais da árvore, mas sim da floresta como um todo em relação ao estado do Pará”, complementa.

## EM PROL DO DESENVOLVIMENTO

O terceiro presidente da FIEPA, Danilo Remor, teve relevante atuação entre as classes política e empresarial para importantes conquistas que permitiram a verticalização da economia paraense. “O Danilo não tinha pretensões e nem era político. Isso facilitava muito o entrosamento com a classe política, além de ser bastante positivo para a conquista dos interesses industriais do Pará”, comenta o ex-assessor da Casa, Oswaldo Tuma.

Empresário do segmento florestal, Danilo Remor foi um dos fundadores da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex). Assumiu a presidência da entidade logo no ano de sua criação, em



• 1999 - Festa de confraternização da FIEPA



• 2000 - Celebração do Dia da Indústria e dos 50 anos da FIEPA

1983, sendo um importante porta-voz dos empresários deste ramo industrial. Na direção da Aimex, Remor desenvolvia ações comprometidas com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Pará.

Foi pelo seu destaque como importante líder do segmento florestal que Remor chegou à presidência da FIEPA. Em 1998, sucedendo Flexa Ribeiro, ele direcionou todos os esforços para o desenvolvimento estadual e para a integração entre os municípios paraenses, regionalizando o investimento e proporcionando a maior internalização do crescimento industrial. Esteve à frente da mobilização para a construção da Alça Viária, inaugurada em 2002, e que interliga a região metropolitana de Belém à região nordeste paraense.

Além da Alça Viária, Remor esteve junto dos governos estadual e federal cobrando outras importantes obras de desenvolvimento. “Danilo também deu prosseguimento à incansável luta do saudoso fundador e presidente da FIEPA, Gabriel Hermes, no que diz respeito à construção das eclusas de Tucuruí. Ele tinha ciência de que, com esta obra estruturante, seria possível a hidrovia do Tocantins e o Pará teria um novo modal para escoar a sua produção”, conta o diretor-executivo da FIEPA, Ivanildo Pontes.

Outra bandeira importante da gestão de Remor foi a

consolidação das cadeias produtivas e a diversificação da pauta de exportações. Vislumbrando esse desenvolvimento produtivo, o então presidente criou o Programa de Desenvolvimento dos Fornecedores (PDF), que desde 2000 desenvolve ações de qualificação com as empresas locais para que elas se tornem possíveis fornecedoras dos grandes projetos instalados em solo paraense.

Com relação ao interesse pelo desenvolvimento da cadeia produtiva local, Ivanildo Pontes lembra da incessante luta do então presidente. “O Danilo perseguia incessantemente a verticalização da indústria paraense e foi, através do PDF, fundado em sua gestão, que as empresas, principalmente as de pequeno e médio porte, começaram a implementar ações para a verticalização da produção”, conta.

Infelizmente o então presidente da FIEPA não teve tempo para ver as atuais iniciativas (principalmente na cadeia mineral) de verticalização da produção paraense. Vítima de uma parada cardiorrespiratória, Remor faleceu em novembro de 2005, ainda novo, aos 58 anos, sem poder terminar sua gestão. Por motivo da morte prematura, o então 1º vice-presidente da federação, José Conrado Santos, assumiu interinamente, seguindo os passos dos três presidentes anteriores na insistente busca pelo desenvolvimento do Pará.

Vindo do segmento gráfico, Conrado - após assumir interinamente - foi eleito presidente em 2006. Com uma postura mais apaziguadora, José Conrado manteve o entrosamento entre a classe empresarial e política. Entre as parcerias com o poder público ganham destaque a qualificação de trabalhadores em todo o Pará e os convênios envolvendo os sindicatos filiados. O último garantiu ao Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará que as empresas filiadas participassem da licitação para a produção de 150 mil carteiras escolares.

“A federação tem contribuído diretamente para o fortalecimento das nossas indústrias locais, as quais, em parceria com a iniciativa privada, prestam serviços à população, ganhando de um lado e, de outro, gerando mais emprego e renda na região. Isso é desenvolvimento, perseguido pela FIEPA desde a sua fundação”, ressalta José Conrado. ▶

## A LUTA CONTINUA

No início eram seis. Atualmente, a FIEPA abriga 40 sindicatos patronais dos mais variados segmentos industriais. Além disso, a federação encabeça o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará, que é formado pelo Senai, Sesi, IEL (Instituto Euvaldo Lodi), pelos projetos CIN (Centro Internacional de Negócios) e CIP (Centro das Indústrias do Pará), e pelo PDF (Programa de Desenvolvimento de Fornecedores). O maior associativismo reflete no fortalecimento do setor industrial paraense. É por isso que, em parceria com a CNI, a federação está desenvolvendo e implantando o Programa de Desenvolvimento Associativo, que busca elevar a representatividade e a sustentabilidade dos sindicatos empresariais da indústria, fortalecendo sua ação de defesa de interesses e contribuindo para a competitividade das empresas e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

É este posicionamento que faz da FIEPA a porta-voz dos interesses do setor industrial perante a sociedade e o poder público. Entre as bandeiras defendidas recentemente pela sentinela paraense está a consolidação de uma política de incentivos, o aumento da oferta de energia no estado, a contínua verticalização das cadeias



• 2009 - José Conrado e diretores da FIEPA conferem as obras das eclusas



• 2009 - Governadora Ana Júlia no III Encontro Estadual da Indústria

### DANILO REMOR (1998 – 2005)

FOTOS: ARQUIVO FIEPA



Dono de um temperamento marcante, Danilo teve relevante atuação entre as classes política e empresarial, sempre buscando a verticalização da economia paraense. “O Danilo não tinha pretensões e nem era político. Isso facilitava muito o entrosamento com a classe política”, diz o ex-assessor da Casa, Oswaldo Tuma.

Empresário do segmento florestal, Danilo Remor foi um dos fundadores da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará. Quando assumiu a presidência da FIEPA, direcionou esforços para a integração entre os municípios paraenses. Remor esteve à frente da mobilização para a construção da Alça Viária e das cobranças para a construção das eclusas de Tucuruí. Outra bandeira da gestão de Remor foi a consolidação das cadeias produtivas e a diversificação da pauta de exportações. Neste contexto foi criado, em 2003, o Programa de Desenvolvimento dos Fornecedores.

Danilo faleceu em 2005, aos 58 anos, vítima de uma parada cardiorrespiratória.



• Diretoria da FIEPA em visita à Expoama (Exposição Agropecuária em Marabá)

produtivas locais, a internalização dos investimentos e a criação de uma área de livre comércio, no Pará, único estado sem este incentivo federal. “De que adianta ao Pará a sua potencialidade natural se estamos cercados por estados que se beneficiam e concorrem deslealmente com a nossa produção? De todos os estados da Amazônia, apenas o Pará não tem áreas incentivadas que exonerem ou reduzam as alíquotas dos tributos que incidem sobre a produção, comercialização e sobre o comércio exterior”, analisa o presidente da FIEPA, José Conrado.

Segundo ele, o Pará está sendo “vítima das vantagens tributárias dos seus vizinhos”, o que faz o estado perder uma série de investimentos, já que os empreendimentos acabam migrando para outros estados amazônicos. “Não precisamos e nem queremos ser beneficiados. O que pedimos é um tratamento igualitário. O Pará não faz parte da Amazônia apenas para a aplicação de leis ambientais. Este estado é um componente altamente importante para a defesa desta região e temos orgulho de estarmos nesta área que abriga a maior floresta do mundo”, conclui.

É mais uma batalha que a FIEPA vai encampar para defender o desenvolvimento paraense. ■

## JOSÉ CONRADO (A partir de 2005)



Após assumir interinamente no lugar de Danilo Remor, Conrado foi eleito presidente da FIEPA em 2006. Apesar de assumir a presidência apenas em 2005, Conrado, que é oriundo do segmento gráfico, participou de gestões anteriores como diretor. Com uma postura mais apaziguadora, manteve o entrosamento entre a classe empresarial e política, contribuindo para conquistas diretas de fomento ao setor produtivo paraense.

Entre as parcerias com o poder público, ganham destaque a qualificação de 49 mil trabalhadores de todo o Pará e os convênios envolvendo os sindicatos filiados. O último garantiu ao Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará (Sindimóveis) que as empresas filiadas participassem da licitação para a produção de 150 mil carteiras escolares.

Focalizando na internalização dos investimentos e no desenvolvimento sustentável de todo o estado, é missão da atual diretoria da FIEPA aumentar a capilaridade da entidade no estado. Os polos industriais de Marabá, Santarém e Barcarena já vêm ganhando esta atenção. O município de Barcarena, por exemplo, receberá em 2010 um centro de educação profissional para atender as demandas locais.



# É preciso evoluir

*Federações e sindicatos de todo o país defendem, durante o 4ª Encontro Nacional da Indústria, a valorização das empresas como geradoras de riqueza e bens sociais*

“O brasileiro tem que ser ensinado a aplaudir a prosperidade empresarial. Aplaudir o lucro, ao invés de condená-lo, como muitos o fazem. O antônimo de lucro é prejuízo. Vamos condenar o prejuízo. Vamos ter coragem de levantar a cabeça, aplaudir e apoiar o lucro das empresas.” O depoimento, do vice-presidente da república José Alencar, pautou as discussões do 4º Encontro Nacional da Indústria (ENAI), evento que reuniu em Brasília, em novembro, mais de 1.500 líderes industriais e autoridades políticas. Os participantes debateram temas ligados à recuperação da economia brasileira, valorização do real, problemas de competitividade e as perspectivas de crescimento associadas a projetos de infraestrutura e de energia.

Representantes de cada uma das federações

de indústrias e sindicatos associados de todo o país participaram de reuniões temáticas e ajudaram a formatar a Carta da Indústria, que foi entregue ao vice-presidente José Alencar. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) também divulgou que a agenda propositiva da indústria será enviada aos pré-candidatos à presidência, cujas eleições ocorrerão em menos de um ano, em outubro de 2010.

De forma básica, a Carta estabelece que a próxima gestão, independente de cor partidária, priorize a reforma da Previdência Social e das instituições políticas, uma maior profissionalização da administração pública, a modernização das relações do trabalho e o estímulo econômico ao empresariado. Segundo o documento, assinado pelo presidente da CNI, Armando Monteiro Neto e subscrito por todas as federações, um no-



• Líderes sindicais e autoridades políticas acompanham o pronunciamento do presidente da CNI Armando Monteiro (foto à esq.)

vo governo não significa a destruição dos ativos desenvolvidos pelo anterior. “A experiência da transição de 2002 (do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula) reforça a importância do aperfeiçoamento contínuo das instituições, em especial daquelas que regulam a ordem econômica”, diz a Carta da Indústria, acentuando ser fundamental “avançar em reformas que aumentem o potencial de crescimento da economia”.

Para que os objetivos da Carta da Indústria sejam concretizados, é preciso antes de tudo compreender que agilidade e vontade política são fundamentais. “O tempo político tem que se ajustar, com mais velocidade, às pressões do tempo econômico. É fundamental que o Executivo e o Congresso respondam ao desafio da melhoria de condições de competitividade da economia brasileira”, prega a Carta da Indústria.

### Meio ambiente

Um dos principais itens discutidos no 4º ENAI foi o aperfeiçoamento do marco regulatório de meio ambiente. O assunto foi inserido na pauta de debates a pedido de federações de todo o país, sobretudo do Pará e dos Estados da Amazônia Legal. “Não há a possibilidade



FOTOS: DIVULGAÇÃO

de se manter a floresta em pé com as pessoas passando fome ou deseducadas ao lado”, declarou o copresidente do Conselho Ambiental da empresa de cosméticos Natura, Pedro Passos. O executivo destacou que, para haver proteção ambiental, é fundamental levar em conta três questões: desenvolvimento social, educação e geração de renda.

A FIEPA levantou, durante o encontro, um tema que aflige empresários de diferentes segmentos em todo o estado: o dilema da produção sustentável, ao buscar o equilíbrio harmonioso ▶

• **O ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi um dos participantes dos debates: recuperação da economia foi o pano de fundo das discussões**



• *Comitiva paraense presente ao 4º ENAI: Sistema FIEPA defendeu o desenvolvimento sustentável da Amazônia*

entre produção e preservação. “Existem inúmeras ações nesse sentido, mas por iniciativa própria dos empresários”, reforçou o presidente José Conrado. Segundo ele, o marco regulatório não é bem definido e não favorece a busca por alternativas viáveis de recuperação do meio ambiente. Uma saída seria incentivar as empresas a utilizar da melhor forma o que há de área produtiva hoje, preservando assim a floresta que está de pé. “É preciso ser mais racional ao analisar a questão ambiental. A indústria quer, sem dúvida alguma, o tão almejado desenvolvimento sustentável”, completou o presidente da FIEPA.

Na mesma linha, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Antonio Carlos da Silva, indicou que a prioridade nessa questão deve ser o aumento dos investimentos em ciência e tecnologia, criando condições para o surgimento de uma estrutura produtiva voltada ao aproveitamento dos produtos naturais da região. Para Edilson Baldez das Neves, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, deve ser definida ainda a competência dos entes federados (União, Estados e

Municípios) para o licenciamento ambiental e sua fiscalização.

“Nessa questão, todos concordam que existe uma vontade de todos na busca pela legalidade, preservação do meio ambiente e desenvolvimento da nossa região e dos paraenses. Para isso, é preciso ter mais cautela e incentivar o setor produtivo”, ressaltou José Conrado, da FIEPA. Outro tema levado pela comitiva paraense ao ENAI foi o sufocamento atual do Pará pela ausência de uma política clara de incentivos fiscais para atração de novos empreendimentos. “Ainda temos certa carência nos setores de infraestrutura, de logística, entre outros. Mas essa é uma questão histórica. Definir incentivos tributários pode atrair as empresas e este é um ponto importante para alavancarmos os outros processos de avanço também.”

Os debates da 4ª edição do ENAI, a própria Carta da Indústria e as reivindicações dos empresários deixaram evidente a necessidade urgente dos brasileiros, principalmente do Governo, entender que a empresa, de fato, é um bem da sociedade. ■





## AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO

Um dos objetivos do 4º ENAI foi formatar uma agenda de trabalho a ser implantada pelo governo. As ações buscam corrigir problemas que travam o crescimento econômico e social do país.

### AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Desonerar investimentos e eliminar o problema da acumulação de créditos tributários
- Aperfeiçoar a política cambial para evitar a valorização excessiva do real
- Avançar na redução do custo do capital e do spread bancário
- Priorizar os gastos públicos em infraestrutura e evitar o crescimento dos gastos correntes
- Aperfeiçoar o marco regulatório de meio ambiente
- Aperfeiçoar e difundir os instrumentos de apoio à inovação
- Desenvolver marcos regulatórios que estimulem o investimento privado
- Assegurar a autonomia e a eficiência das agências reguladoras
- Desburocratizar o comércio exterior
- Evitar normas e leis que gerem pressões de custos sobre as empresas e sobre o emprego. Uma prioridade deve ser a solução dos problemas do novo Seguro de Acidentes de Trabalho
- Regularizar a terceirização
- Limitar o uso da substituição tributária

### AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Aperfeiçoar o sistema tributário, ajustando-o às melhores práticas internacionais
- Aumentar a capacidade do estado de investir em infraestrutura e fortalecer os marcos capazes de atrair o investimento privado
- Fazer da inovação tema central na estratégia das empresas industriais
- Desenvolver estratégia industrial para uma economia de baixo carbono
- Fazer a reforma da Previdência
- Racionalizar os gastos públicos, conter as fontes de expansão dos gastos correntes e priorizar a infraestrutura
- Avançar na profissionalização da administração pública e em iniciativas voltadas para a maior eficiência do Estado
- Modernizar o sistema de relações de trabalho
- Fortalecer a qualidade e independência dos órgãos regulatórios
- Avançar na modernização das instituições financeiras e na elevação do seu papel como financiador do setor produtivo
- Priorizar ações voltadas para a desburocratização
- Desenvolver acordos comerciais que ampliem o acesso ao mercado e fortaleçam a estratégia industrial do país
- Modernizar as instituições políticas

# Mal silencioso

*Recorrência de casos de depressão nas indústrias aciona o alerta de empresários para a necessidade de combater esta doença*

Falta de atividade física, sobrepeso, alimentação desbalanceada e problemas de coluna. Estes são, em geral, os principais itens verificados durante uma avaliação sobre a saúde do trabalhador brasileiro. Só que de uns tempos para cá, uma doença bem mais séria vem ganhando espaço nessa lista: a depressão. Organizações de saúde e profissionais da área já estão em alerta para o avanço deste distúrbio, que é considerado, ao lado do estresse, um mal moderno, que acompanha a evolução da sociedade.

A depressão vem sendo cada vez mais diagnosticada no mundo. Estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) estimam que de 10% a 20% da população sofre com esse mal. O levantamento indica também que, em 2030, a depressão será a doença mais comum do planeta, afetando mais pessoas que qualquer outro problema de saúde, incluindo câncer e doenças cardíacas. O Pará já faz parte desta estatística. Pesquisa realizada em 2008 pelo Sesi (Serviço Social da Indústria), dentro do programa Sesi Indústria Saudável, ouviu 14.530 trabalhadores de 86 empresas e identificou um percentual alto de pessoas com referência à depressão: 10,7% dos entrevistados.

Segundo Suely Linhares, gerente de Saúde do Sesi no Pará, o índice diagnosticado pela instituição é semelhante aos resultados de outras pesquisas, como a da OMS, o que

comprova que essa é uma doença global. “Para nós, o fato de o Sesi ter feito esse estudo com os mesmos percentuais de outras pesquisas é bom porque significa que realmente estamos identificando o problema nas nossas indústrias”, comenta.

O questionário aplicado pelo Sesi do Pará não se refere apenas à depressão, explica Suely. Faz um diagnóstico sobre a vida e a saúde do trabalhador, abordando diversos

**DADOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ESTIMAM QUE DE 10% A 20% DA POPULAÇÃO SOFRE COM A DEPRESSÃO. O LEVANTAMENTO INDICA TAMBÉM QUE, EM 2030, ESTA SERÁ A DOENÇA MAIS COMUM DO PLANETA**

aspectos, com perguntas sobre histórico de doenças, hábitos de alimentação, prática de atividades físicas e de lazer, entre outros. No conjunto da avaliação feita, a depressão é presumida a partir do resultado de um número de informações coletadas que avaliam itens como concentração, autoestima, confiança e sociabilidade do entrevistado.

O resultado da pesquisa permite ter um quadro da qualidade de saúde do trabalhador. E a depressão passa a ser um item importante e que merece a atenção das corporações. “Apesar de o resultado surpreender

as empresas, elas dizem que já haviam, de alguma forma, identificado o problema internamente”, diz a gerente de saúde do Sesi, ressaltando a boa receptividade das empresas aos dados do relatório. Diante do diagnóstico, podem ser pensadas soluções direcionadas aos trabalhadores para evitar ou reverter o problema.

Diagnosticar a depressão não é tão fácil, pois há uma variável bem grande de sintomas. “A depressão se constitui como uma tristeza excessiva, onde o indivíduo perde o prazer pela vida, fica irritável, perde o interesse por coisas habituais, apresenta dificuldade de se concentrar em algo que não seja sua dor, tem sentimentos de inutilidade, culpa e deseja morrer. Com este quadro, podemos perceber o quanto é subjetivo esse diagnóstico, pois muitas tristezas passageiras apresentam esses sintomas. A depressão, ao contrário das demais, não costuma ser passageira e é recorrente, causando sérios prejuízos à vida do indivíduo”, explica a psicóloga clínica Dorotéa de Cristo, que preside o Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região.

As causas da doença também são múltiplas e vão desde o fator hereditariedade até eventos de estresse. Nas empresas, alguns fatores podem contribuir para a formação de um quadro depressivo, como o excesso de horas de trabalho, proximidade da aposentadoria, medo de desemprego e as pressões crônicas geradas pela

# MAL MODERNO

A depressão vem ganhando escala como uma doença presente nas empresas. Algumas situações do dia a dia podem desencadear a doença.

## SINTOMAS MAIS COMUNS

- Alteração da memória
- Sentimento de solidão
- Impaciência
- Desânimo
- Mudanças de humor
- Perda de interesse ou prazer nas atividades
- Sentimento de culpa ou perda de autoestima
- Distúrbio de sono ou de apetite
- Perda de energia
- Falta de concentração

## POSSÍVEIS CAUSAS \*

- Excesso de horas de trabalho
- Exposição a altos níveis de estresse
- Cobranças exageradas por resultados (perfeccionismo)
- Dificuldade de relacionamento
- Medo de perder o emprego
- Proximidade da aposentadoria

## O QUE PODE SER FEITO

- Programas de melhoria da qualidade de vida do trabalhador
- Atividades esportivas
- Acompanhamento psicológico

FONTE: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

\* SEGUNDO ESPECIALISTAS, AS CAUSAS SÃO DIVERSAS E PODEM VARIAR DE PESSOA PARA PESSOA. ESTES ITENS SÃO APENAS ALGUNS FATORES DE RISCO RELACIONADOS AO AMBIENTE DE TRABALHO.

cobrança de metas e de resultados perfeitos. “Vai depender muito de como cada pessoa reage diante das adversidades. Existem fatores genéticos, biológicos e psicossociais”, resume a psicóloga. Para piorar, o distúrbio não tem critérios de escolha, o que torna difícil definir um perfil de indivíduos vítimas da depressão. Pode acometer tanto crianças, quanto adultos, tanto homens quanto mulheres, das diversas faixas etárias e grupos sociais. Isso é comprovado pelo Sesi na pesquisa que ouviu os trabalhadores das indústrias. “É muito variável, existe um leque muito grande de todas as categorias, seja de faixa etária, seja de faixa salarial, todos estão suscetíveis à depressão”, diz Suely Linhares.

#### EFEITOS MALIGNOS

A preocupação com os casos de depressão no meio empresarial se justifica pelas características do distúrbio. A doença compromete o bem-estar psicológico e provoca mudanças de comportamento humano. Há grandes prejuízos para a pessoa, diz Dorotéa de Cristo, “com risco suicida, visão pessimista da vida, medo, afastamento do trabalho por não conseguir realizar suas atividades, muitas vezes não conseguem nem realizar seus cuidados pessoais.” Para as empresas, a depressão tem alguns aspectos particulares. Pesquisa realizada pela Federação Mundial para a Saúde Mental ouviu pacientes e médicos no Brasil e constatou que 64% das pessoas deprimidas faltam ao trabalho, em média, dez dias a cada ano. No mesmo estudo, pelo menos 80% disseram ter a produtividade



RAIMUNDO PACCO



*A depressão é muito variável. Existe um leque muito grande de todas as categorias, seja de faixa etária, seja de faixa salarial. Todos podem ser atingidos. Nas empresas, são ações de socialização, qualidade de vida e melhoria da autoestima que ajudam a combater este mal.”*

Suely Linhares, gerente de saúde do Sesi

reduzida em 26%. Isso significa uma diminuição visível na produção.

Mas esse não é o único impacto percebido pelo empregador. Se até pouco tempo a preocupação era com o absenteísmo, ou seja, com o índice de faltas decorrentes dos problemas de saúde, e sua relação com a produtividade, hoje as corporações precisam perceber um novo fator que surge com a depressão. “Estamos atentos à questão do presenteísmo, que é aquela situação onde as pessoas estão no trabalho fisicamente, mas não estão produzindo porque estão

com o pensamento distante”, diz a gerente de saúde do Sesi.

E isso não é tudo. A falta de concentração e desinteresse pelas tarefas diárias dentro do trabalho significa mais que queda de produtividade. “O presenteísmo acarreta problemas sérios, como acidentes de trabalho, que ocorrem porque as pessoas não estão realmente concentradas naquilo que estão fazendo. Elas estão presentes, mas a cabeça está longe, com outras preocupações, sem produzir como deveriam”, explica Suely.

Os impactos chegam também à previdência social. A depressão já está entre as principais causas de afastamento do emprego por transtornos comportamentais e gera uma despesa anual da ordem de R\$ 35 bilhões aos cofres do governo, valor de concessão de benefícios previdenciários como aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. Entre 2006 e 2008, em todo o país, foram registrados mais de 12 mil casos de afastamento do emprego.

A doença atinge trabalhadores dos setores público e privado e as áreas de tecnologia, informática, bancária, financeira, judiciária, de comunicação e de saúde estão entre as mais afetadas. Não raramente, os profissionais com diagnóstico de depressão se escondem para não sofrerem com o estigma da doença e, quando chegam à Previdência Social, o quadro já se agravou, resultando na aposentadoria por invalidez. A OMS alerta que o aumento do número de casos e os altos custos econômicos e sociais da doença tornam urgente uma mudança de atitude em relação à depressão. x

## DÁ PARA TRATAR

O meio empresarial já está atento a esse novo cenário de saúde psicológica como fator de qualidade de vida. A psicóloga clínica Dorotéia de Cristo diz que algumas empresas têm conseguido reduzir o número de afastamentos de trabalho decorrentes da depressão, realizando ações internas, como ginásticas laborais, dinâmicas de grupo, atividades recreativas de confraternização e apoio psicológico e social. "Temos que ver o indivíduo como um todo, não como uma máquina. Ele precisa compartilhar, ser ouvido, enfim, precisa do seu semelhante para se perceber como alguém."

As empresas também contam com o apoio do Sesi para solução e prevenção de problemas de saúde. O Serviço Social da Indústria oferece um conjunto de ações que colaboram para o bem-estar das pessoas e, por consequência, ajudam a diminuir os índices de depressão. "São ações de socialização, de qualidade de vida, de melhoria da autoestima que ajudam muito e as empresas têm mostrado bastante interesse em fazer esse trabalho", diz Suely.

Segundo ela, o Sesi está à disposição para ajudar empresas interessadas em melhorar a saúde dos seus trabalhadores. "Essas empresas de que temos dados, foram as empresas que participaram do Diagnóstico de Saúde Estilo de Vida, que é um trabalho desenvolvido pelo Sesi, e que estamos abertos a fazer em todas as indústrias que tenham interesse em ter esse diagnóstico, não só da depressão, como para conhecer todos os seus trabalhadores." A pesquisa contempla pelo menos 75% do público da empresa e se mostra uma ferramenta fundamental para planejar ações em prol da qualidade de vida do trabalhador. Cada corporação recebe um relatório de análise dos resultados coletados, permitindo visualizar o retrato completo do perfil da saúde do trabalhador.

# Ânimo renovado para o dia a dia

*É o que o programa de educação do Sesi está proporcionando a diversos trabalhadores da indústria. Qualificados, eles ganham motivação para produzir e crescer profissionalmente*



“**V**ou jogar a toalha.” Assim dizia Alcione Souza para seu marido, Reginaldo Souza, operador de máquina da Facepa, indústria produtora de papel sediada em Belém, na época em que ele havia voltado a estudar. Alcione já estava incomodada com o fato de o esposo sair de casa às 6h para trabalhar e só retornar às 23h, após os estudos. Às vezes eles se viam apenas no café da manhã. Foram quatro anos com o coração apertado. Mas valeu a pena. A própria Alcione é quem diz: “Hoje ele está bem feliz, mais satisfeito profissionalmente”.

A tranquilidade atual de Alcione é resultado de uma conquista do marido. Reginaldo foi um dos alunos do programa de educação do trabalhador do Sesi (Serviço Social da Indústria). Graças à parceria que a Facepa firmou com o Sesi, o operador concluiu, no último mês de novembro, os ensinamentos fundamental e médio. As aulas foram ministradas na própria indústria. Foi um sonho que, aos 43 anos de idade, Reginal-

do concretizou depois de passar mais de duas décadas distante das salas de aula. “A minha vida profissional melhorou muito. Até para me comunicar com as outras pessoas eu tinha medo ou vergonha. Hoje já me sinto mais confiante com os conhecimentos que adquiri durante os últimos quatro anos de curso”, conta o operador, com um largo sorriso no rosto.

Casos como o de Reginaldo Souza são o combustível do programa Sesi Educação do Trabalhador, que se dedica a formar jovens e adultos trabalhadores da indústria. A instituição possui escolas da Rede Sesi de Educação instaladas em oito municípios do estado, disponíveis ao trabalhador e seus dependentes. Além disso, também firma parcerias com empresas ou com outras instituições para desenvolver os cursos, cuja metodologia de ensino pode ser tanto presencial (regular), à distância, que funcionam por módulos e ou pela TV, com o Telecurso 2000. Este trabalho vem melhorando a qualidade de vida de vários trabalha-

dores e, ainda, trazendo resultados satisfatórios para o desempenho das empresas.

“O Reginaldo, por exemplo, concluiu os estudos básicos e já deu um passo a mais. Além de subir de posição, agora está concluindo um curso de liderança para saber lidar melhor com sua equipe de trabalho”, diz Ana Julia Cardoso, analista de treinamento da Facepa, referindo-se ao fato de Reginaldo ter entrado na empresa como ajudante, em 1986, e hoje ser o operador de uma das principais máquinas de produção da fábrica e líder de uma equipe de seis profissionais - a próxima meta é ser promovido a supervisor de produção.

De acordo com o superintendente regional do Sesi, José Olimpio Bastos, um trabalhador que alcança maior nível de escolaridade tende a elevar sua autoestima, o que reflete diretamente nas relações profissionais e, conseqüentemente, nos resultados do trabalho diário. “Com um trabalhador mais consciente de suas funções, naturalmente melhora



RAMUNDO PACCO

• *Reginaldo Souza e a megabobina de papel produzida na Facepa: após concluir o ensino médio, o operador já iniciou um curso de formação de líderes*

## EDUCAÇÃO PARA A NOVA INDÚSTRIA

O programa Educação para a Nova Indústria do Sesi oferece aos trabalhadores e seus dependentes programas de elevação da escolaridade e educação continuada. As aulas acontecem nas escolas da Rede Sesi de Educação, em oito municípios paraenses, ou no próprio ambiente de trabalho.

**Programa Sesi Educação do Trabalhador:** Busca elevar a escolaridade dos trabalhadores por meio da oferta de cursos dos ensino fundamental (até a 8ª série) e médio, com o uso de diferentes metodologias, que são adaptadas de acordo com a realidade do trabalhador.

**Programa Sesi Educação Continuada:** Objetiva a preparação técnica com o intuito de desenvolver os mais diversos setores industriais.

a sua capacidade de comunicação e desempenho em treinamentos, com resultados imediatos na produção.”

Segundo levantamento feito nacionalmente pelo Sesi, a demanda de empresas por cursos de formação escolar atende a uma realidade do mercado: é preciso ter mão de obra qualificada para poder crescer de forma sustentável. Uma previsão da instituição aponta que haverá uma demanda adicional de 500 mil novos técnicos, com diferentes formações, até 2010. Esta procura é resultado do aumento da competitividade no mundo todo. Profissionais mais qualificados geram produtos ou serviços mais qualificados, o que permite às empresas atingir a excelência e produzir o tão desejado valor agregado.

A competitividade já não funciona mais como um alerta apenas para as empresas. Os próprios trabalhadores já procuram se aperfeiçoar para aumentar as chances de vitória na verdadeira batalha que se tornou o posicionamento no mercado de trabalho. “O Sesi Educação do Trabalhador além de servir como

um estímulo ao desafio e à automotivação dos trabalhadores é uma complementação para a educação básica de qualidade, que é uma condição necessária e fundamental para o desenvolvimento de mais competências de cada cidadão-trabalhador, o qual representam o capital humano de que se dispõe para promover o desenvolvimento da indústria”, fala a gerente de Educação do Sesi no Pará, Marcia Arguelles.

Voltemos ao caso da Facepa. Fundada em 1959, a indústria decidiu encarar um desafio nos últimos dez anos: elevar a escolaridade dos funcionários que haviam parado de estudar. De lá para cá, cerca de 150 trabalhadores já concluíram seus estudos. Atualmente, a empresa tem 800 profissionais. De acordo com a analista de treinamento da empresa, Ana Júlia Cardoso, a quinta turma está finalizando o curso. E, pelo andar da carruagem, este deverá ser o último grupo formado. É que não há mais demanda interna para a elevação da escolaridade. Parte disso se atribui ao fato de a direção da empresa ter determinada a eliminação da contratação de profissionais que não concluíram os ensinamentos fundamental e médio.

“Com a parceria com o Sesi, estamos concluindo um dos nossos objetivos mais desafiadores, que foi o de implantar um programa de treinamento e incentivar nossos colaboradores a voltar a estudar”, explica Ana Júlia. De acordo com ela, o programa de treinamento da Facepa já está trabalhando de forma mais específica. Agora, os esforços estão sendo direcionados para cursos de liderança. ■



• Em sua  
passagem  
por Belém,  
o guianense  
Christian  
Chou estagiou  
na Norte  
Refrigeração:  
novas técnicas  
serão levadas à  
terra natal

## Uma viagem inesquecível

*Jovens da Guiana Francesa aproveitam iniciativa do IEL para fazer um valioso intercâmbio no Pará, com direito a imersão cultural e estágio em empresas locais*

Quando um jovem decide fazer um intercâmbio, geralmente ele é motivado pelo desejo de estudar em outro país, aprender um novo idioma e acumular experiências – a bem da verdade, para muitos estas experiências se resumem a festas e aventuras. Recentemente, Belém recebeu um grupo diferente destes viajantes. Doze rapazes da Guiana Francesa vieram ao Pará com o objetivo de buscar capacitação profissional. Eles passaram 30 dias conhecendo o dia a dia de empresas locais. E descobrindo técnicas que podem gerar bons negócios em seu país de origem.

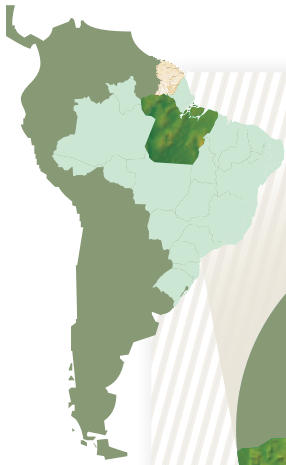
Os estudantes passaram um período em indústrias de marcenaria e em empresas que fazem manutenção em aparelhos de refrigeração. No início, a ideia era apenas observar os trabalhadores em ação. Mas, a partir do segundo dia, os guianenses botaram a mão na massa e começaram a operar. “Houve a preocupação dos nossos supervisores para que a gente ficasse só olhando no início, para ter a mínima noção de como os operários trabalhavam. Depois já fomos a campo, trabalhar, ajudar e aprender”, conta Christian Chou, de 19 anos, que estagiou na Norte Refrigeração.

No início, o idioma foi uma

barreira, já que os guianenses têm o francês como língua nativa, mas este contratempo foi superado com o uso da mímica e de dicionários. “Alguns termos técnicos no Pará significam uma coisa e na Guiana, outra. Isso dificultava um pouco, mas também fez parte do aprendizado”, lembra Christian. “O mais importante era justamente ter a prática, conhecer bem a maneira brasileira de operar.”

A experiência vivida pelos jovens guianenses foi resultado de uma parceria fechada entre o IEL (Instituto Euvaldo Lodi), Escola Profissionalizante Liceu Elie Castor, da Guiana Francesa, e a unidade da Aliança





## EM BUSCA DO CONHECIMENTO



Os doze estudantes deixaram a Guiana Francesa em direção a Belém no último mês de novembro. Foram duas horas de viagem de avião, necessárias para percorrer mais de 2.200 km de distância entre as localidades.

A Guiana Francesa, cuja capital é **Caiena**, é um departamento ultramarino da França. Está umbilicalmente ligada ao país europeu, não apenas pela língua oficial, que é o francês, mas também pela própria legislação. Estima-se que a população local seja um pouco maior que 210 mil habitantes – inferior ao município paraense de Santarém.



FOTOS: FABRÍCIO GESTA E RAIMUNDO PACCO



• *Parte dos jovens guianenses que fizeram o intercâmbio*

Francesa em Belém. O acordo faz parte de uma estratégia do IEL de estreitar relações com países de língua francesa com o objetivo de criar oportunidades para que estudantes possam enriquecer seus conhecimentos profissionais. “Nós já havíamos feito este tipo de parceria com a Escola Profissionalizante Liceu Elie Castor em 2005 e 2006. Agora, a ideia não é apenas receber os alunos da Guiana para estagiar aqui, mas que possamos encaminhar os nossos acadêmicos para ter esta experiência internacional”, afirma Vanessa dos Anjos, coordenadora de estágio do IEL no Pará.

Novas parcerias devem ser firmadas até mesmo pela demanda existente, já que todo os anos milhares de jovens tentam conquistar uma vaga no mercado de trabalho. Até outubro de 2009, nada menos que 3.857 mil novos cadastros foram realizados na unidade regional do IEL. Segundo levantamento da instituição, em média, todo mês, mais de 970 estudantes são encaminhados pelo IEL ao mercado de trabalho (estágio). No caso dos intercâmbios, não existe um dado consolidado, mas são recorrentes as manifestações por experiências profissionais em outros países.

Em comparação aos estágios

mais comuns, o intercâmbio tem a vantagem de proporcionar ao estudante a oportunidade de desenvolver características que vão além de conhecimentos técnicos da profissão. Aspectos como maturidade e respeito a outras culturas são alguns dos ganhos obtidos pelos viajantes. “Eles encontram uma forma de trabalhar diferente. Além disso, aprendem um idioma que não é o deles, o que já é muito importante”, diz Bruno Stefani, diretor executivo da Aliança Francesa, referindo-se ao caso dos jovens da Guiana Francesa que conheceram o Pará. Os estudantes foram alojados em casas de família, pois o objetivo não era apenas praticar o aprendizado técnico nas empresas, mas gerar a possibilidade de conhecer um pouco da cultura brasileira e botá-los em contato com o português. “Queríamos que houvesse esse intercâmbio cultural entre a língua francesa e a portuguesa, afinal eles carregam outra cultura, é um território francês, com especificidades bem determinadas.”

Um impulso foi dado por ocasião do ano da França no Brasil. A Secretaria de Educação do Pará, a Aliança Francesa e a embaixada da França firmaram convênio para que a língua francesa seja ministrada em todas as escolas públicas do estado. “Aqui, nós não temos uma política para o ensino de língua francesa. A gente acaba menosprezando uma fronteira enorme que poderíamos explorar mais, fazer parcerias. E esse foi um grande passo para que os nossos estudantes possam conhecer mais a cultura francesa”, afirma Stefani. O diretor regional do IEL, Gualter Leitão, afirma que são iniciativas como essas que devem ser mais desenvolvidas no Brasil e, sobretudo, no Pará. “É garantia de ganhos tanto para os estudantes quanto para as empresas que os recebem, pois os trabalhadores também podem trocar experiências”, comenta. ▶



• Após a experiência na Pinheiro Portas e Janelas, o jovem Erwin Gaaga já pensa em montar um negócio próprio na Guiana Francesa

## INSPIRAÇÃO PARA EMPREENDER

Erwin Gaaga, 21 anos, foi um dos guianenses que participou do intercâmbio promovido pelo IEL, Aliança Francesa e Escola Profissionalizante Liceu Elie Castor. Ao lado do amigo Alain Eduards, o estudante estagiou durante um mês na Pinheiro Portas e Janelas, empresa do setor marceneiro. Durante o período, conheceu diversas técnicas produtivas, aprendeu a manusear novos equipamentos e, de quebra, viu que é possível desenvolver estas habilidades na Guiana Francesa. Já existem planos para abrir uma empresa no país natal.

“Estamos pensando em comprar equipamentos como o que vimos em Belém e levar para o nosso país. Vamos trabalhar oito ou nove meses, fazer uma economia para poder adquirir essas máquinas”, conta um empolgado Erwin, que é aluno do curso técnico de marcenaria da escola profissionalizante Elie Castor. Segundo ele, a

ideia é montar uma empresa para construir portas e janelas seguindo o modelo brasileiro. “No Brasil as empresas estão muito mais avançadas do que as da Guiana. As máquinas daqui fazem tudo e nós, trabalhadores, fazemos apenas as montagens. O trabalho é mais acelerado. Lá na Guiana ainda não temos um parque industrial com essa capacidade de fabricar em grande escala.”

Ele conta que o estágio é o momento primordial para que o jovem possa aplicar seus conhecimentos. “Na escola você aprende o conhecimento teórico, mas é o estágio que proporciona ao estudante os ‘mances’ da profissão. Na minha área, da marcenaria, é necessário trabalhar com pessoas que fazem esse tipo de serviço. Os trabalhadores sabem como atuar e passam muita experiência.” O guianense se sentiu bem no período de estágio na Pinheiro Portas e Janelas. “Mesmo quando

cometia algum erro, o meu superior me corrigia e ensinava como deveria agir e isso foi fundamental. Os brasileiros são bastante simpáticos, existia uma interação legal com os outros trabalhadores.”

Não foi a primeira vez Erwin esteve no Brasil - ele já visitou Oiapoque -, mas foi a primeira passagem por uma metrópole brasileira. “Não encontrei nenhum tipo de problema, a única dificuldade era para memorizar os nomes dos ônibus, a numeração. O resto foi tudo bem tranquilo”, diverte-se o estudante. De acordo com o estudante, os brasileiros tinham curiosidade em saber como ele vive na Guiana. Era uma troca constante de informações e experiências. “Não houve nenhum problema na comunicação. Nem na empresa e muito menos na família que me acolheu. Quando não havia compreensão da língua, a gente se entendia através da mímica e assim fluiu muito bem”, conta. ■

# 2010

ASCOM / FIEPA

## O ANO DA INOVAÇÃO NO SENAI



\* Ilustração da nova fachada do GV - Getúlio Vargas

Este ano foi bastante especial para o SENAI-PA e 2010 promete ser ainda mais promissor. Cerca de R\$ 30 milhões já começaram a ser investidos em 5 Centros de Educação Profissional (CEP) espalhados pelo Pará. O CEP Getúlio Vargas (GV) e o Centro de Desenvolvimento da Amazônia (CEDAM), ambos em Belém,

serão totalmente modernizados, desde a sua infraestrutura até seus novos equipamentos tecnológicos. E mais, suas capacidades de atendimento serão ampliadas em cerca de 50%.

Neste novo ano, temos metas ousadas para o GV e para o CEDAM: capacitar 8 mil profissionais.

Com isso, os estudantes terão mais opções em cursos técnicos e, as indústrias, mais profissionais treinados e capacitados pelo SENAI em nosso Estado.



• A microempresária Andréa Tavares exhibe o certificado do treinamento do Senai para manejo de alimentos: até a clientela já aumentou

## Qualidade garantida

*Curso do Senai auxilia empresas do setor alimentício a aprimorar as técnicas de fabricação e, mais importante, a garantir a qualidade dos produtos*

O preço ainda é o divisor de águas, só que cada vez mais os consumidores se importam com a qualidade dos produtos que entram em suas casas, especialmente os alimentos. Antigamente, a leitura dos rótulos era algo totalmente dispensável. Hoje a coisa mudou. Data de fabricação, calorias e componentes químicos ganharam o status de itens fundamentais para a atração de parte da clientela.

Acompanhando a tendência do mercado, a indústria de alimentos inova no seu processo produtivo ao investir em pesquisas e em análises que atestam a qualidade dos produtos. Foi o que aconteceu com o Açaí Especial da Iaçá, estabelecimento comandado pela microempresária Andréa Tavares, há 15 anos trabalhando em Belém

na fabricação de açaí popular. No início do ano, Andréa inscreveu a empresa no Programa Alimentos Seguros (PAS), uma iniciativa do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) que busca apoiar a produção de alimentos seguros pelas empresas. O curso reuniu cerca de 50 batedores de açaí, que aprenderam várias técnicas de produção, como métodos adequados de conservação e manipulação de alimentos.

“Através dos treinamentos e das palestras, o programa ajudou a conscientizar os funcionários da importância de manusear corretamente os alimentos, e eles puderam levar esse conhecimento até suas casas”, comenta Andréa. A microempresária conta que, após a participação no PAS, foi perceptível a melhoria não apenas na

qualidade da sua produção, mas também na demanda da clientela. “A procura aumentou”, diz.

O treinamento de quatro meses no ponto Açai Especial da Iaçá capacitou cerca de dez funcionários. Eles receberam, ao final do programa, a carteira de manipulador e implantaram o método de clareamento por hipoclorito com tempo determinado para a limpeza ideal do açaí. Dessa forma, a confiança dos clientes aumentou e a procura também. Para a empresa, o investimento no curso foi uma forma de garantir o futuro do negócio, já que a venda de açaí ainda é atormentada pelo Mal de Chagas, um problema que atinge muitos batedores que não se encaixam nos padrões de qualidade exigidos pelo mercado.

“A competitividade das empresas depende de sua capacidade em garantir a qualidade em todas as fases do processo produtivo. Só assim é possível identificar problemas que permitam desencadear ações corretivas e garantir a confiança dos consumidores”, destaca Gerson Peres, diretor regional do Senai. No Pará, tem crescido a procura por treinamentos que estimulem a melhoria nos processos produtivos. O PAS, por exemplo, já se consolidou como um caso de sucesso, atendendo, em média, 100 a 150 estabelecimentos por ano. Através dessa consultoria, a instituição contribui para que as empresas aumentem o índice de produtividade gerencial, técnico e operacional.

O PAS foi desenvolvido pela primeira vez em 1998, pelo Departamento Nacional do Senai, em parceria com o Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). O programa foi implantado no Pará em 2000. “Depois de demonstrar, em nível nacional, resultados bastante satisfatórios em sua missão de atestar a qualidade dos produtos alimentícios, tivemos o interesse de trazê-lo para o Pará, fazendo o mesmo com a nossa produção”, explica Gerson Peres. A avaliação da importância desta ferramenta para o segmento de alimentos veio por meio de uma análise minuciosa, que indicou a necessidade em desenvolver ações voltadas exclusivamente para o setor.

O treinamento não vale apenas para quem lida no mercado interno. Para os exportadores, investir em qualificação da produção é fundamental para manter os padrões de aceitação e assegurar maior competitividade. A indústria Flora Floresta do Araguaia fornece 2.400 to-



## BOAS PRÁTICAS

As primeiras ações voltadas para o aprimoramento produtivo começaram ainda na década de 50 com a implantação do Sistema de Boas Práticas de Fabricação (BPF). O sistema dinamizava a produção de alimentos seguros através do controle da água, das pragas, da higiene e do comportamento do manipulador. Ele também desenvolvia análise do produto final, dando maior garantia à segurança dos alimentos. Porém, o BPF ainda não era suficiente para garantir a qualidade e segurança dos alimentos na escala de 100%.

Em meados da década de 60, com o lançamento dos voos tripulados, a Nasa, a agência espacial americana, percebeu que mesmo utilizando o BPF os alimentos dos astronautas continuavam estragando, consequência da proliferação de bactérias e da má conservação desses alimentos. Por esse motivo, a agência desenvolveu o sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, cuja finalidade era identificar os perigos biológicos, químicos e físicos que poderiam ocorrer na produção do alimento em uma determinada linha de processamento, e controlá-los durante a produção.

neladas de suco concentrado de abacaxi para a Europa. Com 50 funcionários capacitados pelo Senai no PAS, a empresa possui o controle dos três pontos críticos: a recepção do fruto, para impedir que venha agregado a produtos químicos e evitar a entrada de frutos estragados; a pasteurização, para eliminar micro-organismos através do aquecimento; e a filtragem, que impede a mistura de materiais estranhos.

Para a gerente de Qualidade da Flora, Iaci Silva, o PAS contribuiu com o crescimento da empresa através dos cursos, palestras e material de apoio de BPF. “Hoje podemos contar com uma equipe preparada para atender a demanda do mercado externo e interno, dentro das normas de qualidade e segurança exigidas.” ■



## A SOLUÇÃO É A SUSTENTABILIDADE

A destruição do meio ambiente na Amazônia sempre esteve vinculada à exploração econômica descontrolada da região para atender o mercado mundial, com a consequente exploração da mão de obra, mínima retenção de riqueza e não formação de mercado interno. O desenvolvimento econômico e social da Amazônia esbarra em obstáculos e antagonismos: pouca concentração de renda numa das regiões de maior riqueza; concentração da população no interior de núcleos urbanos muito pequenos e ao longo dos rios, o que resulta em pequena densidade do mercado regional; escassez e irregularidade de suprimento de energia elétrica; fragilidade, diversidade e relativo desconhecimento dos distintos ecossistemas e exploração predatória de recursos naturais. Por tudo isto, viabilizar o desenvolvimento da Amazônia ainda é um grande desafio. Mesmo com o esforço dos governos estadual e municipal e a implantação de políticas públicas, ainda temos muito a fazer para assegurar o crescimento socioambiental da região.

A Amazônia tem sido vítima da escassez de recursos públicos necessários aos investimentos e à fiscalização de atividades econômicas. Somente a ação organizada do Estado pode enfrentar de forma eficiente e urgente os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Isso implica na intervenção do governo através de seus instrumentos de desenvolvimento econômico, de modo a equalizar o crescimento econômico com a melhoria das condições de vida das populações locais e a conservação dos recursos naturais com a adoção de políticas públicas.

O fato de, na região Norte, 90% da população não contar com esgotos sanitários e não ter acesso à energia elétrica; de 60% não ter acesso à água potável e de 20% da população com mais de 15 anos ser analfabeta, indicam que a situação social e de renda da população da região é inferior à das demais regiões do Brasil, revelando um quadro de pobreza real aguda. A participação da indústria na economia de transformação na Amazônia é relativamente pequena. É necessário implementar políticas de estímulo a indústrias que aproveitem o capital natural da Amazônia, especialmente o potencial pesqueiro, a aquicultura e o uso sustentável dos recursos genéticos.

Projetos de investimentos estão sendo reprogramados em função da desaceleração da economia mundial e da escassez de recursos financeiros. O desafio de criar melhores condições para a operação das empresas e para o investimento permanece e é a razão principal da existência das nossas organizações empresariais. O País não tem avançado o quanto deveria. É importante nossa ação, mais do que nunca, por reformas que reduzam os custos da economia. Somos fontes de geração de emprego, renda e tributos.

Nosso trabalho, como coordenadora da Ação Pró-Amazônia, se manifesta em duas frentes: a da remoção dos obstáculos e a do desenvolvimento das competências. A superação das deficiências sistêmicas que afetam a

**Somente a ação do Estado pode enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento sustentável, equalizando o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população**

operação das empresas – o sistema tributário, as relações do trabalho, a infraestrutura, a qualidade da educação básica, dentre outras – é parte de uma agenda sobre as deficiências acumuladas no passado.

Mas há, também, um conjunto de ações que nos projetam para o futuro, como a inovação; a relação entre os centros de conhecimento e as empresas; e as negociações internacionais. Convivemos, simultaneamente, com o esforço de correção do passado e o da preparação do futuro. Continuaremos lutando pela modernização do sistema tributário, das relações do trabalho, da eficiência do gasto público e da melhor educação.

A educação é chave em nossa agenda. Não existe futuro para a nossa indústria e para a sua capacidade de enfrentar os desafios da inovação sem equipes bem preparadas e educadas.

A cada dia renovamos a confiança na capacidade do Brasil em seguir seu rumo de transformação e crescimento. Manifestamos nossa confiança na capacidade do País e da indústria superar as dificuldades. Se fizermos o nosso trabalho, faremos a diferença. ■

# i INDÚSTRIA EM FOCO

À beira do rio Tocantins, a orla de Marabá é um dos cartões postais do município, que vive um intenso momento de expansão econômico. Além da previsão de incremento no seu distrito industrial, a cidade foi escolhida pela Vale para receber a Aços Laminados do Pará, usina siderúrgica que irá produzir bobinas a quente e chapas de aço, provavelmente a partir de 2013. Os investimentos previstos para o setor industrial de Marabá devem dar uma nova feição à região sul do estado. A fotografia é de Washington Oliveira.





# Alcoa e Juruti, semeando o futuro.



A Alcoa, que opera uma mina de bauxita em Juruti, no Oeste do Pará, se orgulha de promover ações sustentáveis na região. Desde o início do empreendimento, a consciência socioambiental sempre foi prioridade. Programas como o resgate e pesquisa de fauna e flora e a produção de mudas em parceria com as comunidades locais, bem como o modelo de desenvolvimento "Juruti Sustentável", reafirmam a nossa responsabilidade com o amanhã.

